



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 016

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE MARÇO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Geraldo Cartário e Delegado Bradock.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes a senhora deputada Luciana Rafagnin e os senhores deputados Padre Paulo Campos e Pedro Ivo Ilkiv (03).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Através do presente, apresento a V. Exa. a indicação dos membros da Bancada do PFL, que irão compor

a Comissão Parlamentar de Inquérito do Porto de Paranaguá, que será instalada nesta Casa.

Titular: deputado Durval Amaral

Suplente: deputado Plauto Miró Guimarães.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protesto de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que na condição de líder da Bancada do PDT com assento nesta Casa de Leis, indico o ilustre deputado Barbosa Neto para compor como titular a CPI do Porto de Paranaguá, e ficarei como suplente na respectiva CPI.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) **NEIVO BERALDIN**

Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 349

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 594/2003, que institui o Programa Estadual de Fomento ao Teatro para o Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) **ÂNGELO VANHONI**

REQUERIMENTO Nº 343

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado o item 07 da Ordem do Dia de hoje, por dez Sessões.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) **NATÁLIO STICA**

REQUERIMENTO Nº 344

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado o item 04 da Ordem do Dia de hoje, por três Sessões.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) **ANDRÉ VARGAS**

REQUERIMENTO Nº 337

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no artigo 62, parágrafo 3º da Constituição Estadual, e no artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída

por 07 (sete) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar irregularidades administrativas, financeiras, técnicas e sanitárias verificadas no porto de Paranaguá, reiteradamente denunciadas pela mídia, tais como o desaparecimento de soja depositada para embarque; contratação de seguros; dragagem do canal do porto; tempo de espera para embarque dos navios; presença de roedores nos silos, terminais de carga e de embarque de grãos, etc.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) WALDIR LEITE

Apoiamento:

Chico Noroeste, Renato Gaúcho, Felipe Lucas, Ailton Araújo, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Durval Amaral, Nelson Garcia, Reni Pereira, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Elio Rusch, Nelson Tureck e Jocelito Canto.

REQUERIMENTO Nº 351

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, na condição de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, com fundamento no artigo 53 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, REQUER à Mesa realização de audiência pública da Comissão de Educação Cultural e Esportes, no dia 24 de março de 2004, a partir das 18h30, a realizar-se no auditório da Unicentro - Guarapuava sito à Rua Presidente Zacarias, 455 - Bairro Santa Cruz.

A presente audiência terá por objeto o debate das seguintes questões que envolvem o sistema de ensino superior do Estado do Paraná:

- Suspensão de funcionamento dos cursos e a falta de professores nas Universidades e Faculdades Estaduais.

Estarão presentes as seguintes autoridades, além de todos os interessados:

- Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Assembléia Legislativa do Paraná;
- Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Representantes da Comunidade Universitária e,
- Representante da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior.

Dessa audiência surgirão subsídios e informações para que a Assembléia Legislativa do Paraná contribua com o Poder Executivo para solução da questão supra citada.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 331

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 23 de março para usar da pala-

vra o professor José Lemos, Presidente da APP - Sindicato.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 339

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício aos seguintes órgãos públicos: Secretarias de Estado da Fazenda, do Planejamento, da Segurança Pública e ao Detran, para que proceda a inclusão de dotação orçamentária no Orçamento de 2005, destinada à implantação da Circunscrição de Trânsito - Ciretran de Terra Rica.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei nº 12.906 e 31.07.2000, foi autorizado o Poder Executivo a criar, no município de Terra Rica, a Ciretran cuja abrangência se estenderia aos municípios de Terra Rica e Guairaçá. A Prefeitura Municipal se dispõe a manter uma parceria através da qual ofereceria o espaço físico e colocaria à disposição do Detran os funcionários necessários à implantação daquela Circunscrição. O município solicita, portanto, o cumprimento da lei autorizatória.

REQUERIMENTO Nº 336

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita designação da Assembléia Legislativa do Paraná para participar em Brasília, no dia 22 de março de 2004, da reunião junto com o Sr. Miguel Rosseto, ministro do Desenvolvimento Agrário, a fim de pleitear, juntamente com a bancada Federal do Paraná, o aumento de recursos da União para o Estado, haja vista ser a nossa demanda superior às demais regiões do País e os recursos disponibilizados não serem suficientes para supri-la.

Na mesma oportunidade, solicita a possibilidade da Assembléia arcar com as despesas (passagem aérea).

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 330

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata da presente Sessão de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Narciso Kluska, ocorrido em 21 de março, nesta Capital.

Requer ainda, que se dê ciência à família enlutada, através de correspondência a ser enviada à Rua Rosa Saragoff, 12 - Uberaba - CEP - 81.580-140 - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 338

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao senhor Otássio Pereira, pela dedicação nos seus 50 (cinquenta) anos como comunicador, tendo iniciado na rádio Londrina e passado pela Record de São Paulo, Televisão Coroados de Londrina, CNT de Londrina, TV Tibagi de Apucarana, TV Iguaçu e TV Paranaense, estando hoje lotado na Rádio e TV Educativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(aa) RENATO GAÚCHO, RATINHO JÚNIOR, FRANCISCO BÜHRER, JOCELITO CANTO, CARLOS SIMÕES, FELIPE LUCAS, ELZA CORREIA, BARBOSA NETO e AILTON ARAÚJO.

REQUERIMENTO Nº 347

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de União da Vitória, pela passagem de seus 114 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Hussein Bakri, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Domingos Forte Filho, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebem e cumprimentem a população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de União da Vitória orgulhosamente vê transcorrer, no próximo dia 27 de março, seus 114 anos de emancipação política que será comemorado festivamente por todos.

Histórico:

Em 1769, o capitão Peixoto fundou o Entrepósito de Nossa Senhora da Vitória às margens do Rio Iguaçu, núcleo que originou o atual município. O ano de 1880 marcou a chegada do coronel Amazonas de Araújo Marcondes, o homem que lançou os alicerces da civilização e tradição unio-vitoriense.

Em 1881 chegou a primeira leva de imigrantes alemães, vindos de Rio Negro e do Vale do Itajaí. Essas famílias dedicaram-se especialmente à agricultura. Pelo

Decreto nº 54, de 27 de março de 1890, a freguesia foi elevada à categoria de vila, e pelo Decreto nº 55, do mesmo dia, mês e ano, foi criado o município de Porto União da Vitória, com território desmembrado de Palmas.

Em 1905 foi inaugurada a estação ferroviária. Junto com os trilhos vieram problemas, por conta da região do Contestado. Em função do Tratado de Limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, em 07 de setembro de 1917, a cidade de Porto União da Vitória dividiu-se em duas. União da Vitória em território paranaense, Porto União, no catarinense, e no meio o Rio Iguaçu.

União da Vitória é um município que não é meu e nem seu. Ele é de todos que souberam construí-lo. Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalham em favor de seus semelhantes.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos que deram parte da vida em favor dessa terra e de sua gente. São também um incentivo a todos os que hoje igualmente se sacrificam, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens devidas à população de União da Vitória na significativa data da comemoração de seu 114º aniversário de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 332

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada deputada com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor aos pesquisadores do Departamento de Zootecnia da Universidade Estadual de Maringá-UEM, através do coordenador do Projeto de Congelamento de Embriões de Peixes, professor Ricardo Pereira Ribeiro.

A pesquisa em questão conseguiu, pela primeira vez no país, fazer eclodir ovos de pacu em uma incubadora, depois dos embriões terem sido resfriados a 5° C, durante uma hora. Foi a primeira vez que essa linha de pesquisa chegou tão longe no Brasil.

De acordo com o professor Ricardo Pereira Ribeiro, o projeto tem uma grande importância porque atua positivamente no aspecto ambiental e econômico. Conservando os embriões e o sêmen será possível aumentar a atividade pesqueira, produzindo peixes mesmo fora da temporada de reprodução. Além desse fato, a conservação do material genético permite a preservação de qualquer espécie.

Neste dia 22 (vinte e dois) de março, quando se comemora o Dia Mundial das Águas, merece a homenagem a UEM cujos pesquisadores mantêm viva a esperança na conservação do meio ambiente e da piscicultura paranaense.

Esse projeto ainda é prova de que os investimentos em pesquisa são essenciais para a melhoria da qualidade de vida da nossa sociedade e não devemos menosprezar o potencial existente em nossas instituições de nível superior.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 341

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor aos senhores Willian e Renan, dupla de cantores estilo sertanejo romântico, pelo lançamento de seu quarto CD, nesta cidade, no próximo dia 23 de março.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Homenageio os cantores Willian e Renan, pelo lançamento de seu quarto álbum - Amor de Praia - que se realizará na próxima terça-feira, 23 de março de 2004.

A dupla está há mais de 17 anos embalando jovens e adultos com um estilo musical considerado de raiz, valorizando o dia-a-dia e as situações simples da vida, retratando a realidade da maior parte do povo brasileiro. Lutadores e audazes, a cada pequeno show realizado seja no interior do Estado como na capital, Willian e Renan souberam transmitir todo seu carisma e atenção ao público, conquistando admiradores de sua boa música.

Neste momento fez por merecer todo o sucesso que se apresenta em âmbito estadual e nacional. Em breve, ainda neste primeiro semestre do ano, estarão embarcando para uma turnê internacional, que por enquanto envolve Portugal, Espanha e Japão. Os fãs do oriente em especial, apostam alto no potencial da dupla e em função da busca por CD's da dupla podem contribuir, inclusive, para o crescimento da vendagem de discos desse estilo musical, aqui no Brasil.

Além desse quesito musical, a dupla tem elevado a condição artística do Paraná, representando a classe junto aos grandes centros comerciais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Inclusive, contam atualmente, com o trabalho da renomada empresária dos ramos musical e imobiliário, atuante em todo o país, Sra. Valentina Karan.

Enfim, por sua atuação musical significativa e abrangente, considero justo que os mesmo sejam homenageados, a fim de que este gesto, que tenho certeza, é sentimento também de meus nobres colegas, sirva de incentivo e motivação para que continuem com o trabalho realizado até aqui.

REQUERIMENTO Nº 342

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor à Sra. Valentina Karan, empresária dos ramos imobiliário e musical em todo o Brasil, pelos investimentos realizados no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Homenageio a nobre empresária Valentina Karan por sua trajetória de vida e pelo investimento que tem realizado no Estado do Paraná, seja através do ramo imobiliário, que lhe rendeu reconhecimento nacional, ou pelo ramo artístico musical.

No próximo dia 23 de março, a empresária estará em nossa terra, para conferir e engrandecer o evento de lançamento do 4º CD da dupla Willian e Renan, cantores sertanejos romântico, naturais do Paraná e empresariados por ela.

Um pouco de sua história pessoal: depois de vencer grandes desafios pessoais e ser chamada de Rainha da Avenida Paulista, numa trajetória pessoal de grande sucesso e muito empenho pessoal, Valentina Karan, uma das maiores empresárias do ramo imobiliário do Brasil, tem se voltado para a promoção da cultura e em especial para a divulgação de talentos paranaenses.

Casada, mãe de seis filhas, nasceu no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Monte Mor, e apesar de gostar de estudar, logo cedo, teve de trocar a escola pelo trabalho na lavoura. Aos 21 anos, veio para a capital paulista e começou sua bem sucedida trajetória profissional. Cerca de vinte anos depois, seu nome virou sinônimo de excelentes negócios no setor imobiliário no País. Hoje ela comanda 120 corretores, dezenas de funcionários e cinco agências. Detendo mais de 55 mil imóveis e mais de 70 mil clientes, em todo o Brasil.

Empresária de visão arguta, Valentina dirige suas atividades imobiliárias sem se fechar para as oportunidades que surgem e assim surgiu a Valentina Karan Produções Artística e o contato com talentos paranaenses como a dupla Willian e Renan. Artistas da terra juntos há 17 anos, a dupla está dando uma guinada na carreira com a divulgação internacional e o lançamento do quarto CD, o primeiro sob a égide da empresária, que mantém um escritório na famosa avenida de negócios paulistana para impulsionar a dupla Willian e Renan e conseqüentemente a cultura paranaense.

REQUERIMENTO Nº 345

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor à Sra. Regina Vogue, pela inauguração no próximo dia 1º de abril, do Estação Teatro Regina Vogue, nas instalações do Embratel 21 Convention Center - Shopping Estação.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Regina Vogue, a multifacetada artista e produtora gaúcha radicada em Curitiba, está prestes a dar um novo salto na sua história. No próximo dia 1º de abril inaugu-

rará na capital paranaense o “Estação Teatro Regina Vogue”, uma sala de espetáculos que levará seu nome e terá sua assinatura em todos os detalhes.

O projeto, assinado pelo escritório de arquitetura Dora, Lopes e Fiúza, comporá com a nova concepção do Shopping Estação, integrando-se ao Estação Embratel 21 Convention Center. A obra é uma produção da Regina Vogue Produções Artísticas e das empresas K&G, ICC Construtora e Dora Lopes Fiúza.

Gaúcha de Porto Alegre, mas curitibana por opção há mais de duas décadas, Regina Vogue tem se especializado em resgatar a infância perdida e revigorar o amor pela fantasia através de seus espetáculos de teatro. Sua empresa, fundada em 1991, brinda o público com espetáculos emocionantes, grande parte deles contando com a parceria de seus filhos Adriano e Maurício.

Como ele mesma afirma: “Esta preocupação que tenho, de estar sempre buscando melhorar, imprimir cada vez mais qualidade às minhas produções vem da importância que dou ao teatro para crianças, procurando não subestimar a inteligência delas em deixar que percarn a fantasia maior: a magia de ser criança”.

Sendo assim, por todo seu potencial, por tudo que tem feito e pretende fazer por nossas crianças e adolescentes, na formação de suas personalidades através da arte, ressaltar a importância desta Casa de Leis valorizá-la e aos seus.

REQUERIMENTO Nº 325

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Conselheiro Henrique Naigeboren, solicitando a seguinte informação e documentos:

- cópia da análise técnica e parecer sobre a prestação de contas do governo do Estado na gestão anterior do governador Roberto Requião, 1991/1994.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 326

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, relativos à Companhia Paranaense de Energia - Copel, com base no Decreto nº 253, de 29/01/2003 e considerando que as respostas fornecidas através no ofício CEE/CC 357/04 encontram-se incompletas:

01 - qual exatamente o valor reservado pela Copel para aplicação em publicidade no ano de 2003 e 2004,

aprovados pela diretoria e pelo conselho de administração;

02 - anexar cópia do balanço relativo ao exercício de 2003;

03 - anexar a cópia dos PADV (Pedidos de Autorização para Divulgação e Veiculação) relativos aos contratos da Campanha Luz Fraterna;

04) anexar cópia do contrato firmado com a Rádio Globo.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 327

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Senhor secretário de Estado da Comunicação Social, Antonio Carlos Pisseti, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto nº 253, de 29/01/2003 e considerando que Copel informou que todos os contratos firmados para a divulgação da Campanha Luz Fraterna seguiram o disposto no Decreto 258/95 e Resolução SECS 035/95:

a) anexar todos os PADV (Pedidos de Autorização para Divulgação e Veiculação), bem como as cotações dos serviços, o planejamento da mídia e os custos de cada contratação relativa à Campanha Luz Fraterna;

b) anexar as pesquisas de nível de audiência de cada emissora que veiculou a Campanha Luz Fraterna;

c) anexar cópia das propostas feitas pelas empresas contratadas obtidas por ocasião da pesquisa antes da contratação.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 328

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, para que envide esforços no sentido de que os setores financeiros do Governo do Estado efetuem imediato corte de despesas em valor suficiente para garantir de imediato a aplicação do reajuste concedido através do Plano de Cargos e Salários do Magistério Estadual.

Tal solicitação justifica-se considerando que o Governo do Estado vetou o artigo 47 do projeto de lei que visa conceder reajuste aos professores sob a alegação de que somente terá recursos financeiros oriundos do aumento de arrecadação a partir dos próximos 45 (quarenta e cinco) dias, porém, a Lei de Responsabilidade Fiscal recomenda aos administradores públicos no caso de aumento de despesa de pessoal, que

adotem medidas compensatórias de aumento de arrecadação ou redução de despesas, restando esta segunda hipótese para a aplicação imediata do aumento de salários aos professores.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 334

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Reinhold Stephanes, DD, secretário de Estado da Administração, solicitando a doação de um veículo usado para o Centro Municipal Pedagógico de Reorganização Neurológica - Ceproen, do município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Centro Pedagógico de Reorganização Neurológica de São Miguel do Iguaçu, conta atualmente com uma clientela de 100 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, com necessidades especiais na área e com deficiências físicas, atendendo também pessoas da região, e é mantido exclusivamente com recursos da Prefeitura.

A doação de um veículo para o Cepron, visa oferecer um melhor atendimento dessas pessoas que frequentam naquela entidade, uma vez que é constante e diária a necessidade da locomoção dos mesmos.

REQUERIMENTO Nº 335

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Senhor Waldir Pugliesi, DD, secretário estadual dos Transportes, solicitando o calçamento poliédrico da estrada vicinal da Comunidade Linha Keller, do município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de Linha Keller tem sua base econômica predominantemente ligada à agricultura, sendo difícil o acesso àquela zona rural, prejudicando o escoamento da produção agrícola, provocando tráfego lento e desgastes prematuros dos veículos, principalmente os de transportes pesados, tais como caminhões e coletivos que utilizam-se daquela via para acessar o centro da cidade ou demais regiões.

Também com a sobras de calçamento poliédrico facilitará o acesso daquela população à saúde e educação, proporcionando transporte de boa qualidade e conseqüentemente maior rapidez de locomoção, fato imprescindível para o desenvolvimento daquela comunidade.

REQUERIMENTO Nº 353

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Senhor governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto nº 253 de 29/01/2003.

- Se é verdadeira a informação prestada pelo deputado Waldir Leite em Sessão Plenária na presente data, que o senhor governador solicitou ao prefeito municipal de Paranaguá, Mário Roque, a compra de duas piscinas - pagas com dois cheques no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a serem instaladas na Ilha das Cobras).

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(aa) BARBOSA NETO, JOCELITO CANTO, RENI PEREIRA, FERNANDO RIBAS CARLI, DOUTOR LUCIANO, RATINHO JÚNIOR, VALDIR ROSSONI e ELIO RUSCH.

REQUERIMENTO Nº 354

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de desagravo ao senhor ministro da Agricultura, Roberto Rodriguez, em face às críticas do governador Roberto Requião proferidas em sua viagem à Argentina e divulgada no jornal portenho "El Clarin".

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(aa) BARBOSA NETO, JOCELITO CANTO, RENI PEREIRA, FERNANDO RIBAS CARLI, DOUTOR LUCIANO, RATINHO JÚNIOR, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH e LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO Nº 355

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. senhor secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Ferreira Delazari, solicitando as seguintes informações, com base no Decreto nº 253 de 29/01/2003.

- Se é correta a afirmação divulgada pela imprensa de que ao participar de reunião na Associação Comercial de Cascavel, V. Exa. assinou o livro de presenças como sendo Roberto Carlos, cantor do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(aa) BARBOSA NETO, JOCELITO CANTO, DOUTOR LUCIANO, RATINHO JÚNIOR, WALDIR LEITE, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 340

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Obras Públicas solicitando informações sobre o andamento da Licitação das obras de reforma do antigo prédio do Educandário de Santa Felicidade, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

De acordo com as informações encaminhadas a este deputado através do Ofício nº 429/2004-GS/SEED, já teriam sido contratados e executados os serviços de elaboração de projeto arquitetônico da obra do supra citado Educandário, sendo que as despesas com a execução desta obra foram programadas na proposta orçamentária para 2004 da SEED e cujos procedimentos licitatórios seriam realizados pela SEOP/Decom.

REQUERIMENTO Nº 346

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do Dr. João Chede Neto, durante a Santa Missa celebrada no dia 16 de março do corrente ano, na Capela do Poder Legislativo, em homenagem póstuma à memória do seu avô, o ex-deputado estadual, João Chede.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O deputado João Chede nasceu na cidade de Palmeira, a 12 de março de 1904 e estaria completando 100 (cem) anos de idade.

Era filho de Chede Abrahão e de D. Rosa Chede Abrahão.

Fez os estudos primários na cidade nativa e em Curitiba os secundários.

Aí militou na imprensa, revelando-se um espírito culto e possuidor de sadio patriotismo.

Mais tarde, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, mas não concluiu o curso, em virtude do seu natural pendor para as lides comerciais e industriais.

Foi prefeito municipal de Palmeira, tendo prestado relevantes serviços ao rincão natal e seu povo. Chegou a declinar dos honorários a que fazia jus, para pagar professores e manter escolas em seu município.

Em 1947 foi eleito deputado à Assembléia Legislativa do Paraná, havendo sido reeleito no pleito de 1950.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 069/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a denominação para Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, da entidade no Plano de Aplicação da Lei nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003, na parte que destinou a quantia de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) à Santa Casa de Guarapuava.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias na Lei nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003, em decorrência do contido nesta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de alterar, unicamente, a denominação da entidade beneficiada com dotação orçamentária pela Lei nº 13.980, de 29 de dezembro de 2003.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 070/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Sistema Único de Saúde - SUS, prestará atenção integral à pessoa com diabetes em todas as suas formas, tendo como diretrizes:

I - a universalidade, a integralidade, a equidade, a descentralização e a participação da sociedade na definição e no controle das ações e dos serviços de saúde, nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual;

II - a ênfase nas ações coletivas e preventivas, na promoção da saúde e qualidade de vida da pessoa com diabetes;

III - o desenvolvimento de instrumento de informação, análise, avaliação e controle por parte dos serviços de saúde, abertos à participação da sociedade;

IV - o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o enfrentamento e controle de diabetes e das doenças e demais problemas a ele relacionados, e seus determinantes, assim como para formação permanente dos trabalhadores da rede de serviços de saúde;

V - o direito à medicação e aos instrumentos e materiais de auto-aplicação e autocontrole, visando a maior autonomia possível por parte do usuário.

Art. 2º - As ações programáticas referentes ao diabetes, em todas as suas formas, assim como aos demais fatores de risco ou problemas de saúde a ele relacionados, serão definidas em Norma Técnica a ser elaborada por

Grupo de Trabalho coordenado pela Secretaria de Estado da Saúde, garantida a participação de entidade de usuários, universidades públicas, representantes da sociedade civil e profissionais ligados à questão.

§ 1º - O Grupo de Trabalho previsto no *caput* deste artigo será organizado pela Secretaria de Estado da Saúde.

§ 2º - A Secretaria de Estado da Saúde garantirá ao Grupo de Trabalho o apoio técnico e material necessário.

§ 3º - O Grupo de Trabalho terá como princípio o respeito às peculiaridades e especificidades regionais e locais e aos respectivos Planos Municipais e Regionais de Saúde, sendo o resultado de seu trabalho um instrumento técnico orientador fundado nos princípios elencados nesta lei.

§ 4º - O Grupo de Trabalho terá prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após sua constituição, para apresentar proposta de Norma Técnica que estabeleça diretrizes para uma política de prevenção e atenção à saúde da pessoa com diabetes.

§ 5º - A proposta de que trata o parágrafo quarto será apreciada em Audiência Pública, previamente convocada para este fim, com a participação da Comissão de Saúde Pública da Assembléia Legislativa e aprovada pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º - A direção do SUS, estadual e municipal, garantirá o fornecimento universal de medicamentos, insumos, materiais de autocontrole e auto-aplicação de medicações, além de outros procedimentos necessários à atenção integral da pessoa portadora de diabetes.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de recursos orçamentários da área de saúde.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O mundo tem 160 milhões de doentes com diabetes. Só no Brasil são 6 milhões. A doença está em franca expansão e estudos indicam que as ocorrências deverão dobrar em 25 anos, vitimando em números crescentes os mais jovens.

Esse crescimento se deve a vários fatores, dentre eles a obesidade, o sedentarismo e hábitos alimentares inadequados. Muitos só descobrem que são diabéticos quando desenvolvem outras doenças graves. As complicações associadas ao diabetes são muitas: infarto do miocárdio, derrame cerebral, cegueira, falência renal, impotência sexual, amputação de membros do corpo. Todas doenças altamente incapacitantes, que comprometem de forma significativa a qualidade de vida do paciente, chegando a diminuir em 12 anos a capacidade produtiva dos homens e em 11 anos a das mulheres.

Em 1999 o SUS gastou 33 milhões com interações decorrentes de complicações com o diabetes. Todos os estudos demonstram que fica mais barato para o Poder Público promover programas de prevenção do que cuidar das seqüelas da doença. Esses estudos reconhecem que os benefícios a longo prazo de ter diabéticos com melhor qualidade de vida, mais produtivos e com menos complicações, compensariam os custos com o rígido controle.

Saúde e vida não têm preço.

Para enfrentar com sucesso esse sério problema de saúde, deve-se oferecer condições para que os pacientes e suas famílias conheçam o diabetes e sejam capazes de participar ativamente e com autonomia de sua prevenção, controle e tratamento.

A aprovação desta lei estabelece uma campanha permanente, por meio de uma política de atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes, que vai desde o desenvolvimento de ações para a educação, prevenção e o diagnóstico até o fornecimento gratuito de medicamentos, instrumentos e materiais (antiglicemiantes orais, insulina, fitas, glicosímetros, auto-aplicadores, etc.) para o autocontrole.

PROJETO DE LEI Nº 071/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Tropeiros da Paz, com base e foro na município de Clevelândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Tropeiros da Paz, fundada em vinte e oito de junho de um mil novecentos e noventa e dois, 28/06/1992, na cidade de Clevelândia, é uma associação civil, de caráter cultural, social, recreativa e filantrópica de fins não lucrativos e não político partidário.

A Associação Tropeiros da Paz tem por objetivo a realização de tropeada anual, participação de encontros culturais, da mesma natureza em municípios vizinhos. Criar e promover encontros ou eventos promocionais, perante as reais necessidades da associação.

Pelo Artigo 41 das Disposições Gerais - Capítulo XIII, não serão distribuídos lucros, dividendos, bonificações, como também a diretoria não será remunerada.

Os estatutos foram registrados às fls. 224 vº, sob nº 11.158 - do Livro A-03 - fls. 170/172 sob o nº 409 de ordem no dia 21 de maio de 2001 - no Cartório de Registro Civil e Títulos e Documentos na Comarca de Clevelândia.

Pela Lei nº 1.706/2001, a Associação Tropeiros da Paz foi declarada de Utilidade Pública Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna no dia de hoje porque estamos reapresentando um projeto que foi vetado, por unanimidade, nesta Casa e foi votado pelo governador e na sequência, por poucos votos, não derrubamos o veto. Estamos reapresentando o projeto que inicialmente era da lavra do presidente desta Casa e de minha autoria. É um projeto que diz respeito ao transporte dos portadores de necessidades especiais e aqueles com tratamento continuado. Estamos reapresentando este projeto e solicitando a assinatura de todos os deputados que queiram subscrevê-lo porque entendo, senhor presidente, que o projeto, mais do que um projeto de um deputado, isoladamente, ele será mais legítimo se for um projeto de toda esta Casa. Na sequência iremos procurar os senhores deputados todos, para que queiram assinar este projeto.

O segundo assunto que me traz à tribuna, presidente, diz respeito à situação e ao impasse que estamos vivendo desde a reunião que foi feita pelo governador para promulgação de cargos, carreira e salários dos professores. Nós sabemos que houve a intenção de um veto que está aqui para ser apreciado. Este veto diz respeito à retroatividade para o mês de fevereiro. A Comissão de Educação, junto com o professor Lemos, procurou o secretário Caíto Quintana, expulsemos a ele a nossa preocupação, tanto da Comissão de Educação que participou junto com esta Casa de todas as negociações como da própria APP da situação que tínhamos, na sequência, caso este veto se conformasse e a retroativa não fosse possível. E estamos senhor presidente, preocupados com a reação que o Governo vem demonstrando, parece-me que, neste momento, as ações, ao invés de buscarem o entendimento, sinalizem para o confronto. O confronto não é bom para ninguém, o confronto, deputada Elza - que participou conosco na Comissão de Educação -, o confronto vai trazer um prejuízo irreparável aos professores, ao governador, ao secretário Maurício Requião que foi uma pessoa incansável na busca deste acordo.

Desta forma, no dia de amanhã, nós solicitamos e a APP estará usando a tribuna para que se possa encontrar um meio termo. Entendo que o governador não pode sancionar um projeto que contenha ilegalmente mas, entendo também que o projeto foi remetido para esta Casa por iniciativa do governador.

Então, se houve equívoco antes ou depois do projeto ter vindo para cá, obviamente que não é da parte dos professores ou desta Casa. E não é também, parece-me, de bom alvitre que nós tenhamos, todos os dias que ligamos a Televisão Educativa ou ouvimos a Rádio Educa-

tiva, depararmo-nos com uma mensagem que, literalmente, ao agredir a APP agride a todos os professores do Estado.

Acho que o processo que nós encaminhamos, acredito que é esta a intenção, é um processo de uma construção madura, uma construção tranquila, uma construção pacífica do plano de cargos, carreiras e salários. Ele certamente tem alguns desdobramentos que não são aqueles que gostaríamos, em determinados momentos, mas entendo também, senhores deputados, que nós, a partir de amanhã, porque os professores estão parando no dia de amanhã as suas atividades, para poderem vir a esta cidade, vir a esta Capital para fazer um questionamento junto ao Governo, de qual vai ser a solução apresentada.

A APP já se dispôs e nós, junto com a APP, como já falei, como o secretário Caíto Quintana, chefe da Casa Civil, nós nos dispusemos a fazer inclusive uma mediação para que esses valores sejam parcelados em cinco, dez, quinze vezes. O que não vai impactar, deputado Chico Noroeste, as finanças do Estado. O que não podemos é ter uma única mão nesse processo, ou seja não se paga e acabou. Esse tipo de comportamento vai nos trazer uma situação de confronto que não interessa, não faz com que os professores tenham tranquilidade inclusive na sequência. Por pouca coisa, digo pouca coisa porque se tivermos vontade política conseguiremos resolver essa situação; por pouca coisa estamos hoje em vias de perder todo um processo de negociação, que após oito anos se mostrou frutífero, maduro e seguro. Então, é um apelo que faço nesta Casa, para que os senhores deputados que têm uma relação direta com o governador e com os secretários para que possamos sensibilizá-los e a partir dessa próxima semana tenhamos uma solução que agrade ao Governo, agrade aos professores e principalmente possa vir a contemplar a Assembleia Legislativa que foi fiadora desse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente está com a palavra o senhor deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados.

Uso o espaço do Pequeno Expediente para falar sobre um fato ocorrido na última semana no Oeste do Paraná, mais precisamente na cidade de Cascavel.

Cascavel e todos os municípios daquela região clamam por segurança para a sua população, o índice de criminalidade está aumentando a cada dia. E a ACIC - Associação Comercial de Cascavel, tinha realizado alguns debates com representantes da área de segurança. E na última quinta-feira esteve na cidade, mais precisamente na sede da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, o secretário da Segurança Pública, Delazari. E para a surpresa de todos, deputada Cida Borghetti, é nor-

mal quando participamos de uma reunião de qualquer entidade, existir um livro de presença, e a Associação Comercial de Cascavel e a AMOP também têm um livro de presença. E foi registrada a presença das pessoas que estavam naquela reunião: empresários de Cascavel; prefeitos do Oeste do Paraná e o secretário da Segurança Pública, o Sr. Delazari.

E a Associação Comercial de Cascavel, deputado Dobrandino, teve uma surpresa ao constatar que no livro de presença ao invés do secretário Delazari assinar o nome dele, ele colocou como: “nome: Roberto Carlos; profissão: cantor; procedência: Rio de Janeiro.” Deputado Anibelli, V. Exa. que é líder do PMDB - o que é que o secretário foi fazer na cidade de Cascavel? É lamentável que um secretário da Segurança Pública vai a Cascavel debater com a Associação Comercial daquela importante cidade com os prefeitos do AMOP e brinca com o livro de Atas. Ao invés do secretário colocar o seu nome no livro de presença brinca com a entidade. Devo ler que o prefeito de Cascavel disse e que está transcrito no jornal.

(Lê)

“O prefeito Edgar prometeu lutar pelos prefeitos da região e implantar políticas e programas de modernização da entidade. Aproveitou para tecer severas críticas ao secretário da Segurança Pública do Estado, Luiz Fernando Delazari. Um dia antes da posse do Edgar à presidência da AMOP, ao participar da reunião da ACIC, Delazari brincou com o livro de presença da entidade. Ao invés de assinar o seu nome, o cargo de secretário e a procedência, escreveu: “Roberto Carlos - cantor, Rio de Janeiro”. O ato só foi verificado depois pelos prefeitos que integram a AMOP e foi considerado um desrespeito à entidade e à região Oeste. A reação oficial se restringiu no discurso do prefeito Edgar: quero lembrar, o ato do secretário, ele brincou, zombou dessa entidade, cometeu uma irresponsabilidade infantil. Escrever o nome de Roberto Carlos foi um ato reprovável, uma infantilidade, uma irresponsabilidade que precisa ser registrada para que o respeito volte à entidade que representa mais de 50 municípios. Frisou, referindo-se, exatamente, à AMOP.

Em meio do seu discurso, o prefeito de Cascavel disse que a entidade precisava se manifestar politicamente sobre questões de segurança, o governo não cumpre com a sua responsabilidade, acaba sobrando para os prefeitos intervirem em seus municípios: quer ajudando na reforma de viaturas para pagar combustível ou mesmo fornecer funcionários para o funcionamento.”

E assim continua a nota.

Eu, como deputado não posso deixar passar em branco, represento uma região rica, uma região do Oeste do Paraná, que produz sobremaneira e que tem uma representação expressiva aqui na Assembléia Legislativa, de um secretário de Estado, e da Segurança Pública, quando debate a questão da segurança na região, brinca exatamente com a Associação Comercial de Cascavel, com a AMOP e com todas as lideranças daquela região.

Com isto não se brinca. O secretário da Segurança tem que ter respeito e, acima de tudo, responsabilidade quanto representa o governo nessas Sessões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho à tribuna para fazer um breve histórico do trabalho que a Comissão de Fiscalização que eu presido está realizando em relação ao porto de Paranaguá. Já ouvimos algumas pessoas do porto, realizamos algumas reuniões aqui na Casa e outra reunião na Associação Comercial e Industrial de Paranaguá, onde, na oportunidade, ouvimos mais de 30 pessoas e constatamos uma situação bastante preocupante em relação ao relacionamento dos sindicatos - tanto patronais como empregados - em relação à administração do porto de Paranaguá.

Comunicamos na Casa, e esteve presente o deputado chefe da Casa Civil, deputado Caíto Quintana, falamos a ele da nossa preocupação, porque estava se formando um consenso em relação à questão do porto. Em verdade, na história nunca houve um consenso tão sólido envolvendo 14 sindicatos, como está havendo neste momento. E na verdade, o porto de Paranaguá é algo muito importante para a sociedade produtiva do Estado. Os caminhões, a fila já passa de 70 km e os armazéns do interior já têm a sua carga e não têm mais onde estocar. Precisamos escoar a nossa produção, precisamos mandar os nossos grãos para atender os contratos que as cooperativas fizeram que quem produz no Estado fez com o mundo dos negócios internacional no que tange à nossa safra.

Mas, senhor presidente, senhores deputados: não sinto e não vi nesse curso desses dias que a comissão começou a trabalhar, nenhuma boa vontade por parte de ninguém do porto de Paranaguá, para tentar resolver essa situação. Ao contrário, nós estivemos no porto junto com o deputado Waldir Leite e o deputado Nelson Tureck e ninguém foi cumprimentar os membros da Comissão de Fiscalização em nome do porto, para dizer que estava preocupado com uma audiência pública que tinha uma média de 200 pessoas das 10h30 às 08h00 da noite.

Então, dizia que essa manifestação se reflete na economia do Paraná, mas atinge frontalmente os caminhoneiros que estão aí na estrada numa situação precária, alguns dias dormindo em baixo do caminhão, alimentando-se precariamente, sem condições mínimas de higiene porque não há banheiro. E sinto um confronto muito simples de resolver. É preciso apenas que o governador Roberto Requião vá a Paranaguá, faça uma reunião com todos os sindicatos e em poucas palavras eles vão se entender. Mas é preciso que o governador tome essas atitudes porque o seu irmão, infelizmente, não está con-

seguindo estabelecer diálogo nem com os empresários, nem com o Sindicato Patronal e nem com o Sindicato dos Empregados.

Fica aqui que se “conselho fosse bom, dizem que não se daria” mas já disse isso várias vezes. O governador do Estado, sabendo da importância que tem o porto de Paranaguá para a economia do Estado, que para evitar o sofrimento desses caminhoneiros que desça até Paranaguá e faça uma reunião com todos esses sindicatos e possa restabelecer a ordem no porto. Porque a desordem está estabelecida. Os sindicatos reclamam que procuram falar com o superintendente, não conseguem; escrevem, eles não mostram carta protocolada pedindo resposta, não vem. E, infelizmente há essa situação de fila de navio para carregar a nossa produção e há fila de caminhão para descarregar para que chegue ao destino final.

É um grande problema sim, deputado Anibelli, é o maior problema da história do porto de Paranaguá. E há mais ainda, ouvindo essas pessoas nós vamos constatar que eles têm razão, porque não são ouvidos.

Então, a direção do porto tem que ouvir, conversar, tem que dialogar, entender-se com as lideranças locais. O porto de Paranaguá está estabelecido em Paranaguá, poderia estar em Pontal. Seria importante para o município de Pontal. Mas é importante para o município de Paranaguá e muito mais importante para o Estado do Paraná e do Brasil. Porque nós estamos nesse mesmo período exportando muito menos que o porto de Rio Grande, 40 mil toneladas a menos. Exportamos 80 mil toneladas, enquanto Santos exportou 560 mil toneladas. É um problema, sim senhor, dos mais graves para a economia do Estado do Paraná e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, André Vargas.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença do presidente da Câmara Municipal de Londrina, vereador Orlando Soares Proença, aqui na galeria na tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. ANDRÉ VARGAS

Nossa saudação ao companheiro, foi vereador conosco, tivemos um belo tempo de convivência com o vereador Orlando Bonilha, presidente da Câmara, que muito nos honra com a sua visita, já que representa o Parlamento da segunda maior cidade do Estado do Paraná, terceira do Sul do Brasil, que está numa campanha importante, discutindo a questão das câmaras de vereadores. Acho que nós precisávamos nos engajar muito mais nessa questão, já que as eleições estão prestes, e no Paraná o Ministério Público resolveu escolher a via judicial para resolver essa pendenga, essa questão da equação do número de vereadores.

Não me parecer mais razoável, acho que o Congresso Nacional vai dar uma resposta clara em relação a essa questão.

Também, neste momento quero, de forma verbal, fazer meus votos de pesar ao filho do nosso companheiro de Foz do Iguaçu, Dilto Vitorassi, Vitor Hugo Vitorassi, que faleceu nesse último final de semana de forma bastante trágica, como toda a morte, mas a morte de uma criança de 11 anos num acidente muito simples, que nos levou da convivência uma criatura admirável, filho de um companheiro de um valor que nós só podemos homenagear. Estivemos lá um velório muito triste, eu, deputado Vanhoni, deputado Paulo Bernardo, Luiz Hofmann e o Samek, representando o nosso partido. Esteve também o deputado Dobrandino, não sei se o deputado Chico Noroeste esteve por lá, deputado Reni Pereira, todas as lideranças do Oeste do Paraná, já que o Vitorassi é o nosso primeiro suplente a deputado federal.

Nego-me a acreditar, companheiros deputados e deputadas, quando lendo O Globo, e não estou aqui para discutir questões internas no PT. Mas, na reunião em São Paulo, que debatia questões ligadas à política econômica do governo Lula, o secretário Padre Roque teria dito, nego-me a acreditar, que não acredita mais no Lula, na equipe econômica e que também tem sido solenemente vaiado pelo Paraná em função dessas questões.

Nego-me a crer, porque se trata de um secretário de Estado, é do nosso Partido que tem sido respaldado pelo governo federal. A nossa bancada mesmo, deputado Welter e os companheiros se lembram, quando debatíamos o orçamento, pretendíamos ver aumentado recurso próprio do governo do Estado para a Pasta do Padre Roque, que hoje sobrevive com 70% de recursos repassados do Fati e do Fundo Nacional de Assistência Social, como acontece em todos os estados.

Lutávamos portanto, para recompor o seu orçamento. Se disse essa besteira, é bom perguntar ao secretário Padre Roque, e nós vamos perguntar pelo partido, mas é bom perguntar. Tenho certeza que falava por ele mesmo, como filiado do PT e não como secretário de Estado. É bom perguntar como é que ele consegue destacar aquilo que é vaia de protesto contra Lula e a política econômica, com aquilo que pode eventualmente ser uma vaia injusta, sem dúvida, para o belíssimo trabalho que o secretário Padre Roque está fazendo e que certamente não merece nenhum reparo. Talvez não tenha nenhum protesto no Estado do Paraná em relação ao seu trabalho. Talvez no Paraná só haja protestos e questionamentos com relação à política do Lula. Talvez nós não tenhamos crise no Estado para resolvermos de forma conjunta, equacionar como companheiros, como parceiros que somos do governo do Estado.

Este deputado, desta tribuna, já defendeu o Padre Roque dos ataques da Oposição. Talvez o nosso companheiro Padre Roque consiga destacar claramente, aquilo que é um repúdio à política econômica do Lula,

que eu discordo, porque acho que ela é adequada aos tempos de hoje, daquilo que é justo, ao belíssimo trabalho que ele vem executando.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Waldir Leite. Não estando o deputado Waldir Leite presente, passamos a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães.

Pela ordem, a deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Queria anunciar e agradecer a presença do Sr. Adelino, presidente do PMDB de Cambé, que nos faz uma visita, também é o nosso candidato a prefeito, naquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Seja bem-vindo, nós agradecemos a vossa presença aqui.

Com a palavra o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O que nos traz à tribuna no dia de hoje, é uma grande preocupação com a economia do Estado do Paraná.

Nós estamos acompanhando com muita preocupação, estamos sendo cobrados por segmentos da economia do Estado do Paraná, que mostram diretamente o prejuízo que a greve do porto de Paranaguá está trazendo para a economia do nosso Estado.

Hoje, nas matérias que vejo nos jornais do nosso Estado que trazem claramente a radicalização dos dois lados. Do lado do governo do Estado do Paraná e, também do lado dos portuários. Onde o secretário procurador geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, está fazendo no porto de Paranaguá uma investigação para apurar as pessoas que são culpadas pelo movimento e pela greve do Porto.

Pasmem, senhores deputados!

Agora eu pergunto, a todos vocês: são interessantes todos os movimentos de greve, todos os movimentos sociais que existem no Estado do Paraná e no Brasil afora? Quando é favorável à forma de pensar do governador Roberto Requião é muito bem-vinda, sempre tem o seu apoio. Agora, o superintendente do porto de Paranaguá é irmão do governador Roberto Requião, que fez mudanças radicais no porto, em toda a logística do porto.

E isso trouxe sérios problemas aos exportadores e, também, aos importadores que utilizam como ramal para escoamento das suas produções e dentro de toda essa situação acabou fazendo com que o atraso acontecesse às exportações do Estado do Paraná e dos outros estados, que utilizavam o nosso porto. O que nós vemos? Uma greve no momento mais crítico do porto de Paranaguá,

que é o momento de exportar os grãos colhidos no nosso Estado, no Estado do Mato Grosso, até mesmo uma parte do Estado de São Paulo e de outros estados da nossa federação, fazendo com que uma fila de caminhões ligasse o porto de Paranaguá, à capital do nosso Estado. Mais de 4,5 mil caminhões parados, já faz 4 dias, senhor presidente e senhores deputados.

Veja o prejuízo que o Estado do Paraná está sofrendo!

Hoje pela manhã o governador do Estado, na “escolinha do professor Requião”, disse que esse movimento, essa paralisação do porto, não estava trazendo prejuízo para o Estado.

Ora, que pouca vontade e que pouca informação tem o governador do Estado.

Falava há poucos minutos com o deputado Valdir Rossoni, que é exportador de compensado pelo porto de Paranaguá, e ele me dizia: quem paga o atraso do não carregamento dos produtos a serem exportados é o produtor, é o empresário.

Vou falar dos produtores de grãos de soja, de milho do nosso Estado, das cooperativas paranaenses, que com o atraso do embarque dos seus caminhões, dos seus produtos vêm diretamente nos seus bolsos um custo que aumenta, que eles, produtores, cooperativas e as indústrias têm que pagar.

Então, o nosso governador tem que ser mais informado, porque o prejuízo toca diretamente ao setor produtivo do Estado do Paraná. E como cidadão da cidade de Ponta Grossa, um representante dos Campos Gerais, um representante do Estado do Paraná, que acompanho o setor agrícola e o setor industrial tenho a obrigação de subir aqui nesta tribuna, pedir e alertar os deputados da base aliada no nosso Estado que aqui na Assembléia Legislativa votam direto e dão sustentação ao Governo Roberto Requião, para todos eles acordarem o governador, do prejuízo que o nosso Estado está vivendo. Que achem a solução mais rápida junto ao porto de Paranaguá para resolver esse sério problema da greve que acontece em nosso porto.

Senhores deputados, trago esse alerta da preocupação e o prejuízo que os paranaenses, como um todo, estão tendo com a greve do porto de Paranaguá. E a solução está nas mãos de uma pessoa só: do governador Roberto Requião. E o governador tem que ter a sensibilidade de ir ao porto de Paranaguá e resolver o problema; o problema é possível de ser resolvido, só que as pessoas que estão lá paralisadas querem conversar com o mandatário maior do Estado. E o governador não está com disposição de resolver o problema. Parece que quer que essa baderna, que essa bagunça continue no porto de Paranaguá.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Waldir Leite.

Não estando presente, solicito ao deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Um dos fatos mais polêmicos do presente momento e que nos deixa um pouco apreensivos, é sem dúvida nenhuma o momento que vive o nosso magistério estadual. De um lado a festa e a alegria de ver um sonho de oito anos tornar-se realidade; de outro lado, a decepção de saber que esse mesmo sonho ainda pode durar mais 45 dias. E o que nos preocupa é que essa demora pode, efetivamente, até comprometer o que se conseguiu até agora.

Quando assumiu o governo, o governador Roberto Requião deveria se preocupar principalmente com a arrecadação do Estado para poder cumprir uma das maiores promessas feitas na campanha.

Primeiramente anunciou-se que o aumento aconteceria em novembro, mas não aconteceu. Depois, veio a proposta de dezembro, inclusive com a promessa de que seriam “presente de Papai Noel”. O que efetivamente não aconteceu e se não forem tomadas medidas urgentes nem servirá como presente de Páscoa.

Para poder cumprir o que tinha prometido, o Governo deveria prever no Orçamento do ano seguinte, este ano 2004, fórmula de aumento e incremento de arrecadação. Coisa que não o fez ou não foram suficientes. Ou ainda o plano não foi bem executado, pois não conseguiu atingir a meta que daria para suportar o reajuste do magistério.

Mas, o Governo cometeu ainda mais um erro ao mandar a esta Casa o referido plano sem a estimativa de impacto no Orçamento nos exercícios de 2004 e para os anos seguintes 2005 e 2006, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. E a declaração, dizendo que a proposta de aumento não afetaria as metas financeiras do Estado. O que na verdade, está provado que afeta sim, tanto que neste momento não pode ser concedido o tão sonhado aumento dos professores.

Nos próximos dias, senhor presidente e senhores deputados, virá a esta Casa, possivelmente amanhã, a prova da falta de planejamento do Governo, ou seja: a desculpa chamada veto. Mais uma vez querendo acertar e beneficiar os educadores do Paraná, certamente esta Casa vai derrubar o veto imposto pela falta de cuidado do Governo em relação ao Orçamento, mas o que não vai impedir ao Governo de continuar a prorrogar a concessão do reajuste, isto porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 21, diz que é nulo de pleno direito o ato que provoque o aumento de despesas com pessoal que não atenda aos requisitos da lei. Mas, então, qual é a solução para o momento?

A mesma lei federal determina que o administrador público que pretenda criar uma nova despesa deve compensá-la. Mas como compensá-la? Primeiro, com

aumento de arrecadação que, parece, não foi projetada pelo Governo; segundo, com redução de outras despesas, isso ainda, no nosso entender, pode ser já a salvação do plano de cargos e salários dos professores.

Como o governador anunciou que dentro de 45 dias a arrecadação suportará o referido aumento, nesta data, senhor presidente, senhores deputados, estamos protocolando um requerimento endereçado ao governador no sentido de que determine que a partir de hoje e durante os próximos 45 dias, o Governo reduza as despesas no valor que for necessário, para que com isso possa cumprir de imediato o aumento concedido. Sugere-se, neste momento, uma profunda reflexão, pois os professores foram pegos de surpresa por essa medida e como é histórica a decisão do governador em atender uma reivindicação que vem sendo feita...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. vai usar o tempo da liderança do seu partido ou um minuto para concluir?

O SR. JOCELITO CANTO

Vou usar o horário do PTB, senhor presidente.

(Assentimento)

Concluindo, como é histórica a decisão do governador em atender a uma reivindicação que vem sendo feita há mais de oito anos pelos professores e como a festa já foi feita publicamente, tendo como testemunha o ministro da Educação, Tarso Genro, nada mais justo que, neste momento, o governador Requião, que teve coragem de prometer na campanha a reparação das perdas salariais dos últimos oito anos e agora quer cumprí-las, faça o dever de casa e, principalmente, o dever político de assumir e cumprir, mesmo que isso seja motivo de cortar a própria carne, no caso, diminuir despesas para efetivar o cumprimento da promessa e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Senhor governador Requião, já que o senhor teve coragem de prometer, só falta cumprir. Que este momento de tensão, de expectativa vivida pelo Magistério devido ao anúncio de atraso de 45 dias, além do re-troativo a partir de fevereiro, não venha a tirar o brilho e o mérito da conquista obtida pelo Magistério.

O governador Roberto Requião tem dito que a Carta de Puebla tem sido um verdadeiro referencial desde a sua campanha até os dias de hoje, que ela seja efetivamente cumprida neste momento. A Carta diz sempre que a opção deve ser preferencialmente pelos pobres, nisso se inclui primeiramente as famílias e a posição da mulher, que são a grande maioria no quadro do Magistério do Estado do Paraná.

Finalizando, esta Assembléia errou tentando acertar, ao não exigir a estimativa de impacto financeiro e a declaração de que não haveria comprometimento das metas, no calor das manifestações, o projeto veio com falhas que acabaram induzindo as comissões a repeti-las. Que o erro de ontem seja o acerto de hoje e que esta Casa,

numa homenagem especial ao próprio Estado, ou seja, ao governador, aos seus assessores e aos professores - que não têm culpa nenhuma desse erro - possam ser os grandes beneficiados com a derrubada do veto apostado de última hora pelo Estado. Que o Governo, que induziu esta Casa a errar, admita o erro, a falta de planejamento e a deficiência na arrecadação e pague cortando na própria carne, ou seja, anuncie já o corte de despesas, única medida que o momento comporta nos próximos dias, e implante o tão sonhado e esperado reajuste dos professores.

Então, senhor presidente, o que estamos dizendo aqui é que, se o Governo quiser, amanhã ele pode dar esse aumento aos professores, basta, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que ele diz que não pode dar o aumento devido a lei, mas a lei é clara e quando o Estado quer, ele pode, desde que diminua as despesas. Fica aqui o pedido para que o Governo cumpra o que prometeu aos professores, diminua as despesas, e ao mesmo tempo, dê o aumento que eles estão esperando há oito anos. Porque senão, teremos confrontos, e já vi o Governo ameaçando os professores que, se fizerem paralisação amanhã, vai descontar e o Governo vai acabar perdendo o brilho da história, porque o histórico aumento concedido aos professores não pode ser estragado pela incompetência de alguém que não planejou direito a Lei de Responsabilidade Fiscal. Que o governador e a sua equipe pensem no que fizeram, pensem nos professores: fizeram tudo bem, só falta agora pagar o que devem aos professores. E que não ocorra confusão entre professores, porque professores unidos já demonstraram que podem mudar a história política do Paraná!

O S. NEIVO BERALDIN

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, a Mesa acaba de ler o pedido de uma CPI sobre o porto e indago à Mesa a reapresentação que tem cada Partido, quais são os Partidos que terão espaço nesse número de sete e quantos deputados representam cada Partido. Ou seja, saber quais são os Partidos que têm direito à proporcionalidade para participar da CPI do porto de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Procede a questão de ordem de V. Exa. Solicito à assessoria da Mesa que providencie a proporcionalidade da representação da CPI que, logo em seguida, será anunciada por esta presidência.

Gostáramos de agradecer a presença do vereador Valter Guerles, presidente da Câmara Municipal de Maringá, por solicitação da nossa querida deputada Cida Borghetti.

Muito obrigado pela presença!

Em respeito à solicitação do deputado Neivo Beraldin, são sete membros a comporem a CPI, sendo dois membros do PMDB e um membro do PT, do PSDB, do

PFL, do PPS e do PDT, conforme prediz o nosso Regimento Interno.

No Grande Expediente farão uso da palavra dois senhores deputados, assim previamente acordado: deputado Valdir Rossoni, pelo tempo de dez minutos, e após o deputado Fernando Ribas Carli, com vinte minutos. Então, com a palavra o deputado Valdir Rossoni, pelo período de dez minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados:

Tinha me inscrito no Grande Expediente e aí abri mão ao ilustre deputado Ribas Carli, mas quero fazer aqui algumas considerações que acredito sejam válidas. Tenho mandado os meus recados para o governador Requião e talvez ele não tenha recebido! O governador Requião tem andado de mal com a vida, porque todo dia ele arruma uma pequena confusão e vou citar alguns exemplos que aconteceram nos últimos dias como, por exemplo, na “escolhinha do professor Raimundo”, hoje pela manhã, quem foi agraciado pelo governador Requião foi o deputado Ricardo Barros, porque ele faltou com respeito com o ilustre parlamentar.

Também o governador Requião, nos últimos dias, paga o apoio do deputado Leite, aqui nesta Casa, usando as rádios de Paranaguá, xingando o deputado Leite e também o prefeito de Paranaguá.

Pasmem, os senhores! Quando ele viajou para a Argentina, como ele não lembrou de ninguém do Paraná, lembrou de um dos melhores ministros da República, ministro da Agricultura. E disse lá que o ministro da Agricultura recebe dinheiro da Monsanto para defender os transgênicos. E agora, por último, antes de eu vir fazer meu discurso, recebo a notícia de que ele esteve andando pelo interior do Paraná e não satisfeito com a atitude da APP Sindicato, xingou essa entidade.

Eu só quero dizer quanto ao episódio dos professores. Gostaria que V. Exa. me lembrasse dos dez minutos, porque eu quero conceder o restante do tempo do ilustre deputado Carli.

O SR. WALDIR LEITE

Deputado, permite-me um aparte, já que eu fui citado?

O SR. VALDIR ROSSONI

Sim.

O Sr. Waldir Leite

Deputado Valdir Rossoni, realmente, o senhor citou aí um episódio que aconteceu no dia de sábado, uma entrevista ao vivo que o governador Roberto Requião deu em Paranaguá, entrevista esta que foi repetida na rádio Ilha do Mel, rádio de propriedade do vereador e diretor técnico do porto, Ogarito Linhares.

Senhor presidente, essa CPI que foi protocolada, que os senhores poderão assinar a hora que bem enten-

derem, que foi protocolada desde sexta-feira, irá revelar as coisas que acontecem em Paranaguá.

Quero deixar bem claro que Paranaguá está parada.

Continuando, senhor presidente, Paranaguá viveu ontem um clima que está gravado nas fitas da rádio, não sou eu que estou falando e as respostas foram no mesmo tom, tanto por parte do prefeito, quanto deste deputado, como por parte de todos os envolvidos na paralisação de Paranaguá. Esta é a única forma de manifestar o nosso descontentamento e é bom que a imprensa saiba que existe uma mentira, ninguém em Paranaguá defende transgênico, ninguém em Paranaguá defende privatização. Isso é o que o Governo vem colocando na mídia. O que os trabalhadores de Paranaguá querem é que a competência seja levada a sério, em Paranaguá, que haja respeito por um porto de 70 anos que talvez seja o maior agente fomentador do agropecuário do Estado. Então, não queremos lá gente incompetente, é isso que vem acontecendo em Paranaguá!

Podem colocar lá quem quiser, mas tem que ser gente competente porque o nosso futuro está em Paranaguá, nossos filhos estão em Paranaguá e nós não vamos deixar que um irresponsável destrua nosso porto perdendo cargas para Itajaí, São Francisco e outros portos mais! O trabalhador está mais pobre, a cidade está mais pobre e não é possível que uma cidade esteja errada e um “deus” esteja certo!

A Sra. Cida Borghetti

Deputado Valdir Rossoni, como fui citada, quero aqui agradecer-lhe pela sua interferência e pela sua defesa ao nobre parlamentar paranaense, deputado federal Ricardo Barros que tenho certeza que honra o seu Estado lá na Câmara Federal. Eu não pude estar presente hoje pela manhã na referida escolinha, mas já tomei as providências; pedi as fitas e tão logo tenha conhecimento do conteúdo e daquilo que tenha sido falado, vamos também aqui nos pronunciar. O deputado Ricardo Barros também certamente vai nos pedir que façamos aqui, em seu nome, a sua defesa.

Agradeço o aparte, nobre deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero agradecer os apartes do deputado Leite, da deputada Cida.

Na verdade eu vim fazer este pronunciamento para procurar transmitir ao governador do Estado do Paraná aos senhores parlamentares que dão sustentação ao Governo, que nós precisamos levar ao Palácio Iguazu tranquilidade. Não é possível que tenhamos que subir à tribuna e pedir ao governador Requião quais são os repórteres que devem ficar aqui, na Assembléia dando cobertura política a esta Casa, porque já estão mandando embora profissionais que às vezes fazem considerações que não agradam os assessores do governador. Diz que tem um senhor - que não conheço, mas diz que é um censor, talvez venha do tempo do Golberi - Dr. Benedito, que religiosamente, aí aquele

repórter que escrever algo contra o Governo Requião: é censurado na hora, e recebe o telefonema do Benedito. Já temos o Valdomiro, já temos o Benedito, agora temos outro companheiro do Palocci. O que queremos, aqui, no Paraná é poder trabalhar.

Se fôssemos pedir hoje aos agricultores paranaense, que estão com suas cargas às margens das rodovias, o que eles diriam ao governador, eles diriam calma, governador, vamos resolver os problemas. Governar é resolver problemas. Governar é resolver problemas, mas com calma! Senão, vamos ter que pedir ao governador Requião que mande uma lista para esta Assembléia de quem são as pessoas que ele não vai atacar até o final do seu governo, porque em 4,5 dias, ele ataca um deputado federal; um deputado que lhe apóia, aqui, nesta Casa, o prefeito de Paranaguá, o ministro da agricultura, a APP Sindicato. E, diga-se de passagem, xingar a APP Sindicato é ser muito mal agradecido.

Aqui, cabe muito bem a história do escorpião e da tartaruga. O escorpião chorou, chorou do lado de cá da barraca do rio e disse: me leva para o outro lado porque senão morro afogado. A tartaruga disse o seguinte: te levo... o professor sofrido... reconheço que o Governo Jaime Lerner falhou com os professores, eles têm razão quando reclamam do Governo Jaime Lerner. Aí o escorpião pediu a tartaruga: me leva para o outro lado. E levou o escorpião e lá no outro lado, o escorpião matou a tartaruga e disse: Não esqueça que eu sempre continuarei escorpião. Isto serve para o Paraná. Quem viu o governo Requião anterior, eleito pela farsa do Ferreirinha, vai lembrar que ele era um escorpião e hoje continua sendo escorpião. Outro dia meu extinto quase me fez subir à tribuna, mas não queria levar mais uma vaia, de tantas que levei quando era líder do Governo Jaime Lerner, para dizer à APP Sindicato: cuidado, os senhores estão trabalhando com um governador que tem altos e baixos. Mas não quis fazer isso porque era momento de festa dos professores.

Agora, quero dizer à APP Sindicato um Governo que tem mais de 1 bilhão em caixa e que já tinha 4 meses depois que assumiu o Governo esse valor em caixa, não pode vir dizer aqui que tem que adiar a implantação do Plano de Cargos e Salários dos Professores. Não há justificativa. Senhores deputados que apóiam o governo, tenham coragem. Os senhores são corajosos, façam uma reunião hoje, sentem com o governador e tomem um chá calmante, com ele.

Requeiro o Horário da Liderança do PSDB, porque acredito que tenha de fazer mais algumas considerações. Sou o líder do PSDB e fica resguardado o horário.

Quero dizer que não me espanto com as palavras ditas pelo ilustre parlamentar que ora falou. Porque ouvi durante toda a campanha esses mesmos palavrões e ele deve ser da escola do governador que xinga todos os paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli por vinte minutos, para concluir o tempo do Grande Expediente.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhores deputados.

Antes de iniciar, concedo aparte ao deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Quero apenas, para que possamos trabalhar num ambiente mais tranquilo, dizer ao deputado Leite, ao deputado Jocelito, aos deputados que estão ansiosos pela CPI do Porto, que a CPI, se foi protocolada na sexta-feira, deve ser instalada nos próximos dias. E esta CPI terá a oportunidade, inclusive, de trazer a esta Casa os problemas que realmente acontecem naquele porto, deputado Leite. O problema das filas intermináveis que se formaram principalmente agora, numa greve feita pelos importadores, pelos patrões e não pelos trabalhadores, haja vista que hoje 100% dos estivadores voltaram ao trabalho porque não comungam com a idéia dessa greve.

O porto é um porto público e vai provar que porto público deve e vai ser um porto sério, porque hoje, infelizmente, o desejo de derrubar a atual diretoria é para poder continuar os mesmos desmandos que tivemos ao longo dos anos, porque conhecemos como é que funciona.

Aproveitando o minuto que ainda me resta, dizer ao deputado Rossoni que o Plano de Cargos e Salários dos Professores foi, sem sombra de dúvida, o melhor nas últimas décadas. E o atraso de 45 dias por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal - já que atingiu 49,04 da folha total do Estado, ela não chega sequer ao mínimo dos oito de governo Lerner. Portanto, está tudo sob controle.

Obrigado, deputado Ribas Carli, pelo aparte.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero aqui, ao iniciar as minhas palavras, pedir principalmente à Bancada da Situação, à Bancada que dá apoio e sustentação ao governador Roberto Requião, para que avalie o que está acontecendo. Não é possível, que tantas coisas esdrúxulas e diferentes estejam acontecendo no Estado do Paraná!

De um momento para o outro temos uma questão que paralisa o porto de Paranaguá. De um momento para outro temos adiado o pagamento, a implantação do Plano de Cargos e Salários dos Professores e quero lembrar aqui, senhores deputados, que em dezembro do ano passado, esta Casa foi comunicada extra-oficialmente que poderia ser convocada para que votássemos o Plano de Cargos e Salários dos Professores.

Agora, voltamos recentemente e hoje para minha surpresa, deputado Bradock, escutei através da rádio CBN, após o término da escolhinha do Professor Raimundo, o secretário Eron Arzua, um homem a quem

devoto respeito e admiração pelo seu conhecimento, pela sua capacidade, pela sua probidade, as afirmações de que o Estado não pode cumprir com o que foi aprovado nesta Casa e que na verdade foi enviado pelo Executivo, porque ele ultrapassa os 49%, que é o limite constitucional, limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Não, senhores! Estão brincando com o Paraná, estão brincando com esta Casa, estão brincando com os professores. Será que não existem técnicos que sejam capazes de fazer uma análise, um cálculo de receita e de despesa, não saber que tem um limite prudencial, um limite constitucional de 49%, que não pode ser ultrapassado? Será que isso é jogo para torcida? Quando em dezembro dizem tem que convocar os senhores deputados...Não! Mas se os deputados forem convocados têm que receber jetons. Ah! Não se pode pagar o jeton, colocando, não, querendo colocar esta Casa numa posição de fragilidade. E daí, dois, três meses depois, manda o projeto, aprova-se e depois de tudo isso não se tem dinheiro para pagar! Então, estão brincando com o povo paranaense. Brincam conosco e brincam também com os professores.

Mas, não é só isso, senhores deputados. Sabemos das acusações que faz o governador, já fui vítima desses ataques, fui sabedor hoje do ataque que sofreu o deputado federal Ricardo Barros.

Mas, não só isso. Digo aos senhores, tenho a oportunidade, o jornal El Clarin, de Buenos Aires, jornal de maior circulação da Argentina, faz uma colocação que o governador Roberto Requião textualmente afirma que o ministro Roberto Rodrigues recebe dinheiro da Monsanto. Está aí, a imprensa argentina, para ser comprovado o que nós estamos dizendo.

Então, quero crer que existe algo de errado no Estado, tem alguma coisa acontecendo, algum vento passa pelo Palácio e faz acontecer isso. Então quero pedir aos deputados da Base do Governo, para que aconselhassem o governador. Não é possível! Ele é um homem inteligente, considero um homem preparado. Deve estar tendo algum problema. Deve ter algum conselheiro que não está lhe dando bons conselhos. Certamente! Está lhe falando algumas coisas no ouvido que não são verdadeiras.

Digo isso para entrar no meu pronunciamento. É um absurdo o que o governador comete. Em uma canetada, simplesmente, ele quer extinguir a Universidade do Centro-Oeste, universidade com sede em minha cidade, Guarapuava, uma cidade quase bi-centenária, cidade que foi responsável pelo desenvolvimento deste Estado, pelo desenvolvimento do Norte, Noroeste, Sudoeste e do Oeste. Simplesmente depois de uma conquista de toda a sociedade guarapuavana, anos de luta, anos de trabalho, conquistas, novos cursos. A sociedade civil organizada participando de todos esses eventos, e chega o governador, que em época eleitoral foi lá em Guarapuava perante mais de 20 pessoas em praça pública, estava lá o deputado Alexandre Curi, que é testemunha do que disse o governador, que se fosse eleito, em seis meses implan-

taria o curso de Medicina. Isso já não implantou, e ainda como se quisesse se vingar da nossa querida Guarapuava, vingar-se daquele povo trabalhador, honesto da região Centro-Oeste do Estado, vinga-se daqueles que não podem pagar um curso particular, que têm no ensino público e gratuito a oportunidade de ter o diploma à sua mão. Simplesmente numa decisão unilateral cancela 14 cursos da nossa Universidade!

Vejam os senhores, a memória tem que ser preservada. A Unicentro - Universidade do Centro Oeste, foi criada em 1990, porque antes era Fafic - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava.

Vejam só! Em 90 era ano eleitoral, foram em Guarapuava, Requião candidato ao governo do Estado, cria-se a Unicentro. Grande festa, foguetes. Eu era o prefeito da cidade, inclusive não me deixaram falar na solenidade, caçaram a minha palavra. Mas, afinal, uma conquista, festejei junto. E só criaram porque o governador Requião exerceu seu mandato por quatro anos e não criou nem mais um curso e não reconheceu a Unicentro. Se elegeu o governador Jaime Lerner, reconheceu a Unicentro, e de 11 cursos hoje passamos de 25. Agora volta o governador Requião, que ganhou as eleições em Guarapuava com uma ampla margem de votos, e o agradecimento que ele faz é fechar 14 cursos e inviabilizar a Unicentro. É acabar com o sonho dos jovens do Centro-Oeste. São quase seis mil alunos! E poderá, deputado Tadeu Veneri, que estará lá com a Comissão de Educação, verificar-se são ou não verdadeiras as palavras que digo agora, se os números são verdadeiros, se a sociedade civil organizada pensa da maneira como falo, ou se são verdadeiras as colocações do governador Roberto Requião.

Nada fez por Guarapuava e quer prejudicar Guarapuava! Na época de eleição “beijinhos e beijinhos”. Passadas as eleições “tchau, tchau”! Vamos honrar os compromissos das épocas eleitorais! Vamos honrar com os compromissos políticos!

Guarapuava não vai aceitar assim a condição de não ser sede de uma universidade, de oferecer 25 cursos, e ao bel-prazer do governador sem consultar quem quer que seja, com apenas uma canetada, simplesmente acaba com 14 cursos na nossa universidade!

Existem problemas nas universidades. Se existem, vamos apurá-los. Acredito que existam. Eu mesmo fui propositor de uma Comissão Especial de Investigação nesta Casa, para que investigássemos todas as instituições de ensino superior mantidas pelo governo do Estado.

Sou signatário da Comissão Parlamentar de Inquérito que vai fazer as verificações nas nossas universidades. Não queremos caixa preta, não queremos privilégios. Queremos que o dinheiro público seja bem aplicado. Todos nós queremos saber onde está indo o dinheiro público. Se existe algum curso que está defasado, se existe algum curso que não tem clientela ou que tem pouca clientela, vamos analisar e

podemos fechá-lo. Agora, não indiscriminadamente, fechar 14 cursos! Estão brincando com o povo de Guarapuava!

Deputado Anibelli, o senhor que tem as suas raízes em Guarapuava, de família tradicional em Guarapuava, em Clevelândia, em Palmas, sabe da nossa garra, do nosso denodo, do nosso trabalho e, principalmente, o senhor é conhecedor da palavra que tem a gente daquela região do Paraná, que quando firma a sua palavra, não precisa firmar a assinatura, porque o fio do bigode lá, vale mais que qualquer assinatura.

Por isso mesmo o povo confiou, acreditou que ia ter o curso de Medicina, e, invés do curso de Medicina, nós temos 14 cursos fechados, na cidade!

A Unicentro que atende a sua região, deputado, atende Pinhão, Bituruna, Cruz Machado, União da Vitória, Irati, pois tem o campus de Irati, Laranjeiras do Sul, Pitanga. O deputado Alexandre Curi que também é votado naquela região, o deputado Artagão de Mattos Leão, da minha cidade, sabe o que representa a nossa universidade. Se fosse uma conquista de um dia para o outro, mas é uma conquista de muitos anos!

A Fafic foi fundada em 1970, são 34 anos para nós conseguirmos chegar aonde chegamos e de uma hora para a outra perdemos tudo isso, nós não podemos aceitar!

Quero pedir a esta Casa, quero pedir ao deputado Tadeu Veneri, presidente da Comissão de Educação. Vejam os senhores, num momento em que o Brasil precisa cada vez mais investir em ciência, em tecnologia, nós assistimos o governador extinguir cursos universitários...

Imaginem os senhores se ele tivesse que fazer o que o governo que ele sucedeu fez. Eu não posso entender o que está acontecendo com o nosso Estado. Se o governo anterior realizou, no ano de 2002, um Orçamento para o Ensino Superior de mais de 300 milhões de reais e pôde pagar, hoje, o governo do Sr. Roberto Requião, que vem tendo crescimento real de receita, é só analisarmos os números da arrecadação, do ICMS, vamos ver que houve um incremento na arrecadação do Estado, nós não entendemos, deputado Durval, por que o Estado não tem dinheiro. O que está acontecendo com o dinheiro do Estado? Fecham-se os cursos superiores, não se implanta o Plano de Cargos e Salários dos professores. O Estado paralisando, não existe obra nenhuma.

O aeroporto regional de Cascavel e Toledo, que era uma promessa de campanha, também. Logo depois das eleições, o governador foi lá, são expressões dele, da imprensa dizendo: “Eu não vou construir aeroporto aqui, para alguns abonados virem estacionar os seus jatinhos.”

Falou lá no Oeste, a imprensa retratou isso.

Então, o que está acontecendo? O que estão fazendo com o recurso? Porque eu escutei, ninguém me contou, o secretário Eron Arzua dizendo que não tem dinheiro.

Como é que o governo anterior teve dinheiro, para fazer todas as obras que fez, para implantar todos esses cursos nas universidades? Da onde saiu o dinheiro? será que o governo anterior tinha alguma árvore que ao invés de frutos, dava dinheiro?

Por que hoje vemos uma paralisia no Estado? A prova maior é essa questão do porto, isso é uma vergonha. Está repercutindo no Brasil e fora dele, dene-grindo a imagem do nosso Estado.

Cadê o dinheiro do Estado? Cadê os recurso do Estado que estão consignados naquela prestação de contas que o secretário Heron Arzua nos apresentou? Aonde estão guardando esse dinheiro? Não pode pagar professor, não constrói obra nenhuma, deputada Cida Borghetti! Não conheço nenhuma obra do atual governo!

Então, senhores deputados, alguma coisa de estranho está acontecendo no Palácio Iguazu. Olha, sou de Guarapuava e não acredito em assombração, mas tem alguma assombração passeando pelos corredores do Palácio Iguazu e fazendo com que o governador atue da maneira como está atuando. Paralisa o Estado, pega briga com todos os segmentos da sociedade e faz com que os produtores rurais estejam completamente atônitos em não poderem produzir o que querem produzir.

Cadê a nossa liberdade de ir e vir? Cadê a nossa liberdade de plantarmos o que quisermos? Existe uma lei maior que dá amparo para que o produtor possa plantar o transgênico. E mais, deputado Augustinho Zucchi, o senhor que é um profissional da área, conhece o segmento da agricultura, pelas reportagens dos últimos dias pudemos constatar que o Estado não tem estrutura para fazer a fiscalização.

Veja só, deputado Augustinho Zucchi, no final de semana o Estado está simplesmente refém dos caminhões que chegam na fronteira. O Estado não tem estrutura, não tem pessoal suficiente para fazer a avaliação se a soja é transgênica ou não.

Então, como que um governador no exercício da sua consciência plena, pode impedir que o Paraná não plante transgênico e impedir que pelo Paraná não passe transgênico se o Estado não oferece condições de identificar o que é uma soja transgênica e o que é uma soja não transgênica?

Posso dizer aos senhores com todas as letras: é um desgoverno o que nós assistimos no Paraná! Nunca imaginei que pudesse usar esta tribuna para dizer que ao invés de estar implantando um governo de progresso, de avanço, nós tivéssemos um desgoverno que não sabe para onde vai, que não conhece bússola, que não sabe o que é norte, o que é sul, e muito menos o centro-oeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário das Lideranças: PL, PSL, PPS. Deputado Waldir Leite.

O SR. WALDIR LEITE

Senhor presidente, senhores deputados.

Subimos a esta tribuna acompanhando toda a população de Paranaguá de tarja preta no braço porque está em luto. O porto de Paranaguá completou 69 anos a semana passada e todas as pessoas estão de luto porque o porto está morrendo está perdendo cargas, está diminuindo o ganho dos trabalhadores em Paranaguá. Infelizmente esse é o dado triste que trazemos aqui.

Com relação a tudo que foi dito aqui, a CPI, as declarações do governo e do prefeito, eu me pergunto: Meu Deus do Céu, será que em Paranaguá todos os segmentos da cidade estão errados? Será que todo mundo está enganado? Esse manifesto que acontece em Paranaguá hoje não é assinado por deputado, pelo prefeito; é assinado por todos os segmentos. Vejam bem a quantidade: Sindicato dos Conferentes, Sindicato do Bloco, Sindicato da Estiva, o qual continua até às 19h00, vão fazer uma assembléia onde vão definir se trabalham ou não. Por enquanto eles estão no movimento porque têm um documento assinado por eles lá; Sindicato dos Arrumadores, Consertadores, Condutores Autônomos, Operadores, Portuários, Vigias, Associação Comercial, representantes esses que o nosso companheiro Ângelo Vanhoni conhece muito bem, alguns são seus amigos.

Será que todos nós estamos errados? Será que só uma pessoa está certa? Será que toda essa turma está enganada?

Uma outra distorção que vem sendo feita é de que o movimento em Paranaguá está defendendo os transgênicos ou a privatização. O movimento em Paranaguá é com relação à atual gestão, a forma como vem sendo administrado o porto de Paranaguá. Não é possível que continuemos perdendo cargas e tratando aquilo com tanta indiferença, com tanta irresponsabilidade.

Um dirigente da Coamo foi até o porto de Paranaguá e não foi recebido, nem foi atendido, diga-se de passagem. Têm segmentos que mandaram dez ofícios e não receberam nenhuma resposta.

Anibelli, será que todas as pessoas não merecem o respeito do superintendente?

Será que todos em Paranaguá estão errados?

Não é possível que aconteça uma coisa dessas!

O que nos deixa chateados é que durante a campanha apoiamos o governador Requião, tanto eu como o prefeito, como a maioria dos trabalhadores em Paranaguá; durante o primeiro ano na Assembléia fui companheiro da Bancada aliada do governador e, agora, quando propomos uma investigação das irregularidades que levaram ao caos que vive Paranaguá hoje, seria motivo de alguém nos xingar e desrespeitar na nossa própria cidade? Será que isso justifica?

O que é que tem de tão escondido, de tão secreto, de tão importante em Paranaguá e nos portos, que existe toda essa firmeza na manutenção de uma pessoa incompetente?

E essa incompetência é sabida por todo o Paraná, não precisamos ficar aqui alisando, esse senhor que está lá já passou por alguns segmentos e vocês conhecem, não sou eu que estou inventando isso, não vim aqui para mentir, para atacar pessoalmente alguém, vim aqui para fazer o meu trabalho como deputado, e como todos vocês represento e procuro defender os interesses do povo paranaense. Então, estou aqui fazendo o meu papel de defender o nosso maior patrimônio, o nosso maior tesouro que é o porto de Paranaguá.

Quando todo o povo e todas as entidades de uma cidade se revoltam contra um administrador é sinal de que existe alguma coisa errada e espero, como falou bem aqui o nosso amigo Stica, que essa CPI chegue a bom termo e, realmente, venha a esclarecer tudo que acontece no porto de Paranaguá, porque hoje falam que os empresários querem privatizar o porto e querem levar os transgênicos, quando isso não é verdade.

Outra coisa que tem que deixar bem claro é que estão usando os caminhoneiros. Ontem, o superintendente já tentou contato com todos, não conseguiu com ninguém, foi então falar com o bispo, que o atendeu.

Hoje, para surpresa dos senhores, teve uma manifestação em Paranaguá. Mesmo o Requião tendo mandado vários carros de polícia, mesmo com o maior clima de guerra em Paranaguá, clima de pressão, de hostilidade (não estou dizendo que a Polícia Militar tenha dificultado as coisas para esse movimento), mas, mesmo o governador tendo ameaçado a todos com trezentos ou quatrocentos policiais, a população foi às ruas, quinze mil pessoas se manifestaram em Paranaguá com carretas, com movimentos e agora à tarde, o Sr. Eduardo Requião, no desespero do apego pelo cargo, está convidando os motoristas dos caminhões para ir a pé até Paranaguá, eles estão usando o caminhoneiro nesse movimento para manutenção do seu cargo em Paranaguá! Imaginem vocês com que clima que esse senhor, depois de tudo isso, iria ficar em Paranaguá?

Meu Deus do céu, Paranaguá sempre foi companheira do governador, deu-lhe enorme votação, respeitou a todos os deputados que lá estiveram!

Paranaguá está, realmente, de luto! Sinto muito por essa ingratidão, por essa traição do Governo do Estado. Talvez até possa lhe perdoar no futuro, devido à pressão que ela está vivendo nos dias de hoje, mas acho que respeito é bom e todo mundo gosta, eu sempre respeitei e quero que a reciprocidade seja a mesma.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consulto da Liderança do PSB, do PP.

(Declinam)

Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para registrar a presença dos vereadores do município de Nova Santa Rosa, João Môdes, Osmar e Ademar Blor, que estão presentes na Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o deputado Durval Amaral, no Horário da Liderança do PFL.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente e senhores deputados.

Temos assistido nos últimos dias a mais uma prova cabal e incontestável da irresponsabilidade da atual diretoria do porto de Paranaguá e não preciso nem mesmo lembrar aqui as cenas mostradas pelo deputado Waldir Leite, como ratazanas muito bem nutridas passeando pelos silos de Paranaguá. Também não preciso lembrar as 1.610 toneladas de soja que sumiram do porto de Paranaguá, talvez carregadas pelo vento, talvez comidas pelas pombas. E digo talvez, porque o benefício da dúvida não me permite afirmar que os gatos já tenham incluído a soja na sua alimentação.

Esse assunto deve ser apurado pela CPI com uma investigação profunda, que aponte todas as irregularidades e leve à punição dos culpados. Falo da irresponsabilidade da atual administração e da operação de um dos maiores terminais portuários da América Latina; falo da irresponsabilidade da direção do porto ao fixar regras de operação do terminal totalmente descabidas, infundadas, e que estão trazendo enormes prejuízos aos agricultores do Paraná, aos caminhoneiros, aos empresários, aos embarcadores e até à imagem do Paraná e à imagem do Brasil no exterior.

O agricultor paranaense que plantou a terra, trabalhou de sol a sol, investiu no aumento da produtividade e acreditou no bom momento do agronegócio, tem agora um sócio oculto que está lhe roubando o lucro da safra e esse sócio indesejado é a incompetência que reina no porto de Paranaguá, adotando medidas absurdas e fechando os olhos para as coisas erradas. O Sr. Eduardo Requião acabou derrubando o preço da soja paranaense no mercado internacional e a nossa soja, pasmem todos os senhores, é a soja que na cotação internacional da Bolsa de Chicago, quando exportada pelo porto de Paranaguá, é a mais barata do Brasil. A soja transgênica do Rio Grande do Sul é comercializada a valor superior à soja exportada pelo porto de Paranaguá!

Ainda hoje ligava à Bunge Fertilizantes para questionar e embasar este meu pronunciamento e perguntava qual era o preço dos fertilizantes de um mês atrás ou há pouco mais, e o gerente daquela empresa foi lacônico ao dizer que o preço do adubo, deputado Elio Rusch, era de setecentos e trinta e um reais a tonelada e que hoje o adubo custa setecentos e setenta e um reais a tonelada. E eu não precisei indagar o motivo do aumento do preço de fertilizantes para o produtor rural, mas ele disse: senhor

deputado, o câmbio não subiu, o preço dos insumos importados não subiu, mas o que aumentou em mais de 5% o preço dos fertilizantes é que nós recebemos os insumos pelo porto de Paranaguá e ninguém, no mundo inteiro, quer embarcar produtos em Paranaguá ou quer aceitar a importação dos produtos, o desembarque da carga pelo porto de Paranaguá. São mais de 5% que pagam os produtores rurais do Paraná e aqui, deputado Hermas Brandão, muitos de nós somos produtores rurais! Nós não podemos ficar moucos, não podemos calar diante da irresponsabilidade da administração do porto de Paranaguá.

A nossa soja tem um preço menor, os insumos estão multiplicadamente mais caros. Nós não podemos aceitar isso porque isso é lesivo contra os interesses do Paraná...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo mais um minuto para V. Exa. concluir o seu pronunciamento.

O SR. DURVAL AMARAL

.... isso é lesivo para os produtores do Estado do Paraná, para as cooperativas do nosso Estado, é lesivo para a economia do nosso Estado, senhor presidente. O prejuízo vai para todos, mas muito especialmente para o bolso do agricultor que paga uma conta que não é a sua. Não foi o agricultor que mudou as regras, criou exigências e tumultuou o porto de Paranaguá, não foi o agricultor que brigou com os trabalhadores do porto, não é o agricultor que persiste no erro, quando todos querem uma solução para as filas de caminhões na BR-277.

Agora, tratam o problema do porto como um caso de polícia, mandam a Polícia Civil, Polícia Militar, tentar desbaratar o movimento organizado e combativo dos portuários. Caso de polícia, senhores parlamentares, a irresponsabilidade dos administradores do porto, esses, sim, deveriam ser indicados criminalmente e responsabilizados pelo prejuízo que têm causado à economia do nosso Estado!

Nos anos anteriores, senhor presidente, deputado Valdir Rossoni, tínhamos na estrada a fila da fatura e o embarque de soja e milho era feito dia e noite, até de madrugada. Agora o que vemos é a fila da vergonha, é a fila da burrice, é a fila da incompetência, na terra e no mar a fila de caminhões e de navios.

A determinação imposta aos exportadores de só despacharem os caminhões com carga para o porto quando o navio estivesse contratado, acabou criando uma situação difícil para toda a economia paranaense, e onde todos perdem e ninguém ganha.

A direção do porto e o Governo do Estado não podem persistir nesse erro e ainda jogar a culpa nos operadores e trabalhadores do porto! O atual superintendente não pode ignorar os prejuízos que sua atuação tresloucada está causando ao Paraná e o Brasil. O super-

intendente não pode continuar sendo o entrave ao bom funcionamento do porto. E como entrave, ele deve ser retirado imediatamente pelo senhor governador! Se fôssemos adotar, deputado Marcos Isfer, a imposição do superintendente do porto, precisaríamos despachar de uma só vez um mil, oitocentos e cinquenta caminhões de soja ou de milho para cada navio que atracasse no cais do porto!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu peço a V. Exa. que encerre o seu pronunciamento; nós já fomos bem democrático em aumentar seu período.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço, senhor presidente, se me permitir falar no horário da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica autorizado, V. Exa. poderá concluir.

O SR. DURVAL AMARAL

Continuando o raciocínio: isso daria uma fila de trinta quilômetros de caminhões, com oito navios atracados, teríamos uma fila de 240 quilômetros, com 14.800 caminhões que iriam de Paranaguá a Irati, tudo ao mesmo tempo. É a medida do superintendente do porto como ele deseja.

Segundo os cálculos, senhor presidente, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a FAEP, se todos os 46 navios que estão à espera de carga em Paranaguá fossem carregar soja, precisariam de 85.000 caminhões para zarparem, com 2.500.000 toneladas de soja. Isso daria uma fila, senhor presidente, de aproximadamente 1.500 quilômetros, claro que nem todos vão carregar soja, mas esse cálculo absurdo mostra outro absurdo que é essa administração do porto de Paranaguá. E o sofrimento dos motoristas que esperam na estrada passando fome, quem vai ser responsabilizado pela situação terrível por que passam os motoristas de caminhões ao longo da BR-277? Será que o governo do Estado não enxerga os sacrifícios que está impondo a milhares de motoristas e às suas famílias, muitas delas passando todo tipo de dificuldades na estrada? Muitas delas poderiam ser evitadas se não tivéssemos no controle do porto a insensibilidade, a prepotência e o despreparo de seu administrador!

O Sr. Antonio Anibelli

Deputado, eu poderia dizer a V. Exa. que a fila de caminhões é menor do que a do ano passado. Nós não chegamos no pico da safra ainda, a colheita no Norte, no Oeste, no Centro-Oeste está sendo uma decepção para nossos produtores, 30 a 40% de perda por causa da seca! Não foi o Eduardo Requião, nem o Roberto Requião nem o Roberto Rodrigues, foi um problema climático.

Deputado Durval Amaral, pasme V. Exa., V. Exa. está fazendo um discurso defendendo os caminhoneiros e os caminhoneiros estão sendo usados pela máfia de Paranaguá que são os embarcadores da soja que comercializam em cima de preços melhores, da flutuação do dólar. Estão usando os caminhoneiros como silos, porque a estocagem nas cooperativas está quase lotada! Então veja V. Exa., os caminhoneiros chegaram à conclusão que estão sendo usados. Por quem? Pelo pessoal da Rodo Safra, e pelo procurador da Olvepar antiga, que lesou o Banestado e talvez precisássemos trazer o Yussef aqui para depor e contar como foi aquela operação realizada no governo passado.

Veja V. Exa., ninguém está contra a exportação no Paraná, acho que é um prejuízo para os embarcadores, o Paraná não vai perder porque a soja está ensilada em cima dos caminhões que estão sendo usados por manifestantes. E este movimento que o deputado Leite disse que estão querendo levar os caminhoneiros a pé para Paranaguá, eles chegaram à conclusão que estão sendo usados, os mais humildes, os mais pobres, como foram usados na época do pedágio. Eles sempre foram usados, deputado!

Então, a verdade virá à tona e V. Exa. vai gostar da conclusão quando fizermos a CPI ou imediatamente voltar. Os sindicatos já estão voltando e não indo na conversa do prefeito Mário Roque que esses dias fez um desaforo para o Coritiba Futebol Clube, agredindo com palavras de baixo calão o presidente Gionédís, que não é meu companheiro mas é presidente do meu time, o time que tive a honra de ser conselheiro e vice-presidente! Agrediam e não traduzindo na agressão feita ao Coritiba Futebol Clube que as televisões nos mostraram o que o povo de Paranaguá é educado, sempre recebeu bem, os companheiros do Rio Branco de Paranaguá porque o deputado Leite e o deputado Vanhoni defendem o esporte. Quer dizer, Paranaguá está com problema, talvez seja o prefeito que comprou uma piscina e deveria ser penalizado ou cassado! O maior “puxa-saco”, bem no tempo do Lerner acho que não mandavam piscina para a Ilha das Cobras!

O SR. DURVAL AMARAL

Efetivamente o deputado Anibelli, com sua experiência marcante nesta Casa, fez um aparte, falou sobre o Coritiba, falou sobre tudo, mas não justificou a razão que faz com que o porto de Paranaguá esteja num verdadeiro caos mas eu aprecio a sua habilidade parlamentar!

Outra demonstração da irresponsabilidade da Superintendência do porto está na Barra, ao largo do porto estão ancorados 46 navios. O tempo de espera de até 30 dias já aumentou o custo operacional desses navios de 10 mil dólares para 50 mil dólares/dia. Então a conta é simples, os 30 dias parados custam um milhão e meio de dólares que serão pagos pelos agricultores paranaenses e

pelos exportadores brasileiros. Não dá mais, é preciso uma intervenção urgente no porto de Paranaguá!

Aliás, eu quero aqui me somar ao deputado Ricardo Barros, que foi agredido no dia de hoje, numa total irresponsabilidade, porque um parlamentar brilhante como o Ricardo Barros, que só tem se preocupado com o Estado do Paraná, tem viabilizado recursos inclusive para o porto de Paranaguá e de repente é agredido sem ter direito à defesa, deputada Cida, parece que todos aqueles que querem construir no Estado do Paraná estão sendo agredidos e estão sendo atacados e não podemos aceitar, em hipótese alguma, esse tipo de colocação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só quero informar aos senhores parlamentares que teremos uma Sessão Solene às 17h00. E se não houver o respeito ao tempo estabelecido regimentalmente, vamos atrasá-la. Peço a compreensão do nobre deputado Durval Amaral, que sempre foi um brilhante parlamentar e sempre colaborou com essa administração.

No Horário da Liderança do PSDB com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Concedo aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Será breve. Acabo de receber aqui uma ação popular do dia 29.12.03, que trata da questão da APPA e o senhor juiz de direito, Dr. Élio, da comarca de Paranaguá, considera o seguinte: “É interessante consignar que na prática todas as ações da mesma natureza anteriormente afluídas e constatadas têm revelado que existe, efetivamente, falta de mercadoria conforme a medição realizada na ocasião do desembarque no porto de destino”.

A verdade é que o juiz de direito diz que efetivamente falta soja no silo público e que todas as ações vão para a mesma esteira. E essa ação tramita na Justiça de Paranaguá que deu vista ao Ministério Público para que ofereça subsídios à ação popular.

O Sr. Waldir Leite

Só gostaria de dizer aqui, que teve um deputado, amigo da gente, que veio falar da máfia de Paranaguá. Paranaguá, quero deixar claro, não tem máfia. Paranaguá pode ter bons empresários e maus empresários como existe em todo Brasil. Existem em Brasília os Valdomiros, existe em Paranaguá, existe em Londrina, existe em qualquer lugar. E o maior usuário dos caminhoneiros foi o governo do Estado, já que fez a maior propaganda do: “baixa ou acaba o pedágio” através dos caminhoneiros. Os caminhoneiros nunca foram tão usados, como estão sendo por esse governo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço os apartes. Senhor presidente, V. Exa. não estava aqui.

Anteriormente vim fazer uso no Grande Expediente para fazer um pronunciamento procurando entender o momento em que o Paraná está vivendo, entender o que está acontecendo com o Paraná e com o nosso governador. De forma nenhuma usei uma palavra que agredisse a figura do governador. Apenas pedi para as pessoas mais próximas a ele que conversassem com ele de que certamente a melhor maneira de resolver o problema é dialogando, é tendo calma, e devagar as coisas são colocadas no lugar. Mas pelo que vi aqui, suscitei uma guerra. Até fui agredido por um parlamentar com palavrões. Mas quero dizer uma coisa que me preocupa muito neste momento, que é esta questão de honestidade. Quando vejo falar em honestidade fico extremamente preocupado, porque a honestidade é um dever do cidadão, em especial do cidadão homem público. Então, essa história de ficar cantando aos quatro ventos de honestidade, não vejo nada nisso. Porque o procedimento do homem público, de qualquer ser humano é, em primeiro princípio, ser honesto: por si e com o próximo.

Então, jamais vou perder o equilíbrio aqui desta tribuna e estarei aqui certamente procurando contribuir com o governo Requião, fazendo aqui as minhas considerações. Talvez vou poder fazer-lhe elogios, mas, neste momento, a palavra que pode ser levada ao governador é a seguinte: chá de camomila, governador! Chá de camomila, porque, quem já experimentou do seu veneno, sabe o quanto é doído.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a V. Exa. um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI

Compreendo.

Mas, só contar uma história, porque eu era líder do Governo na época, quando teve o caso da Universidade de Cascavel que foi criada no papel, nem o prédio lá estava pronto. Foi criada uma universidade-fantasma e o governo que assumiu, com a responsabilidade de quem assume de um outro governo, deu prosseguimento e implantou a Universidade de Cascavel. E, nem por isso, deixou de fazer.

Então, numa próxima oportunidade vou contar a história da Universidade de Cascavel que talvez sirva de exemplo para este governo que está querendo, numa canetada, prejudicar não apenas Guarapuava, mas muitas cidades do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário da Liderança do PSL, com a palavra o deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na verdade se pararmos para pensar, o estrago já foi feito no porto de Paranaguá. O estrago na economia do Paraná já foi feito. Se conversarmos com todos os deputados aqui, inclusive com os deputados da base de sustentação do governo, todos estão preocupados com o porto de Paranaguá. Então, o estrago já foi feito.

E neste momento, deputado Hermas Brandão, quero fazer um apelo e tenho certeza que os demais companheiros, colegas desta Casa vão concordar, quero fazer um apelo a V. Exa. que tem um espírito aglutinador, V. Exa. que tem um espírito conciliador é o momento de a Assembléia Legislativa estender a mão para o governo do Estado. É o momento de estar com os pés no chão, cabeça no lugar estender as mãos para o governo encontrar uma solução.

Gostaria, senhor presidente, que V. Exa. assumisse esse papel, o papel de aglutinador, de vertedouro, de solução para o porto de Paranaguá. Da forma como está não pode ficar, porque todos nós, aqui, temos responsabilidade. Na verdade esta Casa é a fotografia do Paraná. Aqui tem deputados de todos os segmentos e nós representamos o povo do Paraná. E se representamos o povo do Paraná, neste momento, temos que ajudar a encontrar o caminho, não pode ficar do jeito que está porque não sabemos como vai terminar essa situação! Já pedimos, aqui, encarecidamente ao governador Requião e creio que o próprio governador, senhor presidente, está querendo encontrar uma solução e está tendo dificuldade. Então se ele está tendo dificuldade, eu creio que ele vai ser humilde para aceitar a mão estendida desta Casa. Esta Casa que representa o povo do Paraná, esta Casa como V. Exa. sempre diz, é a Casa do povo, com as portas escancaradas para o povo do Paraná.

O Sr. Waldir Leite

Apóio incondicionalmente a idéia que o senhor deu de colocar o nosso presidente como mediador dessa crise, já que sabemos que em Paranaguá os extremos não são bons. O equilíbrio tem que ser mantido. Então, acredito que o presidente Hermas Brandão é a melhor pessoa hoje para abrir o canal de diálogo, o canal de conversação, porque o que queremos de Paranaguá é muito pouco. É só responsabilidade e competência, independente da pessoa que vai para lá.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Porque a solução, na verdade, não é uma solução partidária, é uma solução política e nós temos que contribuir. Independente da CPI do porto, ela tem que acontecer e vai ajudar o porto e vai ajudar o povo do Paraná.

Então, eu sinto, conversando com os deputados aqui, tanto da Oposição como da Situação, que há uma preocupação.

Quer dizer, não adiante também continuarmos colocando madeira na fogueira e não encontrar solução. Não vamos dar aqui uma de bombeiro, mas nós temos

que encontrar uma solução. Senhor presidente o que está acontecendo com a fila dos caminhoneiros? São de quatro mil, eles estão sendo assaltados durante a noite. Na noite passada nós tivemos mais de vinte caminhoneiros assaltados à mão armada. Eles já têm o que comer. E aqui o governo fez muito bem, levou arroz, feijão, carne seca para os caminhoneiros. Eles estão sendo assaltados naquilo que estão recebendo do Governo e da população vizinha ao Contorno Sul, a estrada que leva a Paranaguá.

Então, já é um caso de polícia também, e eles estão revoltados e entendemos a sua revolta, disse muito bem o deputado Anibelli, eles foram utilizados na questão do pedágio. Mas eles deram apoio maciço ao governador Requião. Eles votaram em massa no governador Requião. Eles estão sofrendo e querem uma solução.

Então, esse é o apelo que faço, senhor presidente, para que o senhor, representando esta Casa, que V. Exa. representa muito bem, seja o grande canal, o grande mediador dessa situação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

PDT.

(**Declina**)

Concedo a palavra ao senhor deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

(**Lê**):

“Volto a ocupar esta tribuna para falar sobre a questão da água.

Hoje, Dia Mundial da Água, é o momento oportuno para alertar sobre a real possibilidade de a água vir a ser o grande pivô das guerras entre comunidades e países neste século 21.

Por isso, uma reflexão sobre a situação da água no mundo e no Brasil (que detém 12% das reservas mundiais de água potável) revela como é importante tratar este recurso natural com a maior responsabilidade possível.

O tema é oportuno, pois este ano a CNBB tem como tema da Campanha da Fraternidade “Água Fonte de Vida” e no ano passado foi a vez da ONU destacar 2003 como Ano Internacional da Água Potável.

Foi em 1993, a partir de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, que o dia 22 de março passou a ser declarado Dia Mundial da Água, seguindo as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente contidas no capítulo 18 da Agenda 21.

Os objetivos do Dia Mundial da Água são bem simples e claros:

- alertar sobre os problemas relacionados ao abastecimento de água potável;
- aumentar a consciência pública sobre a importância de conservação, preservação e proteção da água;
- alertar sobre as fontes e suprimentos de água potável;

- aumentar a consciência dos governos, das agências nacionais e internacionais, organizações não-governamentais e o setor privado sobre a água.

Pode parecer um alarmismo desmedido dizer que água será o principal componente das guerras, como atualmente o petróleo o é, basta lembrar os conflitos no Oriente Médio: Guerra do Iraque, Afeganistão e em outros países, aliás é nesta parte do mundo que a água já se faz escassa e de difícil acesso para a maioria da população!

Vamos aos fatos:

- Um sexto da população mundial, cerca de 1,1 bilhão de pessoas, não tem acesso ao fornecimento de água.

- 39% das pessoas no mundo não tem acesso ao saneamento básico, são 2,4 bilhões de pessoas;

- As previsões da ONU apontam que no ano de 2025 mais de 30% da população mundial vai viver numa situação de absoluta falta de água, serão mais de 2 bilhões de pessoas.

- Em 2025, 2/3 da população mundial enfrentará algum tipo de problema relacionado à água.

- A destruição de mananciais, a população, o aquecimento global e o aumento da população irão reduzir em 1/3, nos próximos 20 anos, a quantidade de água disponível para cada pessoa no mundo.

- 2,2 milhões de pessoas morrem anualmente devido ao consumo de águas contaminadas e à falta de saneamento básico.

- São 6 mil crianças mortas a cada dia em todo o mundo.

- No Brasil, a contaminação da água e a falta de saneamento são responsáveis por 63% das internações pediátricas.

- Esta situação é a responsável por 30% das mortes de crianças com menos de um ano de vida no país.

- Isto porque 15 milhões de pessoas (algo como 3,4 milhões de domicílios) não têm acesso à água encanada, sendo que 69% da população rural não contam com o abastecimento de água potável.

- 60 milhões de pessoas, em 9,6 milhões de domicílios, não dispõem de coleta de esgoto.

- 80% do esgoto coletado País não é tratado e acaba sendo despejado *in natura* nos nossos rios.

Temos que mudar a cultura do desperdício. Temos que tomar atitudes cotidianas que ajudem a preservar a água. Não é porque mais de dois terços da superfície da Terra estão cobertos pela água, que a água não vai acabar.

É que só 2,5 de toda a água do Planeta serve para beber. O resto - 97,5 - é água salgada.

Além de poder acabar, a água está mal distribuída pelo Planeta, inclusive no Brasil, que detém 12% de todas as reservas mundiais de água potável.

E dos 2,5% nem tudo está disponível. A maior parte está nas galerias ou no subsolo. Isso significa que somente 0,019% de toda a água no mundo serve para beber.

É como imaginar toda a água da terra num copo e saber que a água para beber caberia numa colher de sopa!

Por isso devemos mudar nossos hábitos.

Por que não fechar a torneira na hora de escovar os dentes? Em cinco minutos, são mais de 80 litros de água desperdiçados, e abri-la apenas na hora de enxaguar a boca economiza 25%.

Um exemplo simples, mas que se todos adotarem pode significar a economia da água que irá faltar amanhã nas nossas torneiras.”

Este é um dia para reflexão sobre um dos mais graves problemas que o mundo vai enfrentar. Água é escassa, finita, e por isso todos nós temos que preservá-la.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra à deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, senhores deputados.

Uso a tribuna primeiramente para anunciar que em reunião do Diretório dos Municípios da Regional de Londrina, 20 municípios, deliberamos em reunião no sábado que esta deputada será candidata do PMDB à Prefeitura Municipal de Londrina.

Considero isso um avanço importante, significativo, na medida que o Partido estará lá representado através da nossa candidatura que será homologada com certeza pela convenção que acontecerá em junho.

O Sr. Durval Amaral

Quero cumprimentar V. Exa. porque o PMDB de Londrina estará muito bem representado no pleito municipal com a sua participação como candidata a prefeita na cidade de Londrina. Parabéns, acho que é justíssima a indicação. Acredito que o secretário Luiz Eduardo Cheida teve um gesto de grandeza quando abriu mão da sua candidatura em apoio à de V. Exa. .

Parabéns.

A SRA. ELZA CORREIA

Agradeço a intervenção de V. Exa. e realmente o companheiro Luiz Eduardo Cheida entendeu que neste momento seria que o nosso nome fosse colocado à sociedade e estaremos com a grande responsabilidade de representar a questão de gênero, na nossa cidade, como a primeira mulher a candidatar-se ao cargo executivo.

Concedo o aparte ao deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca

Para felicitá-la e desejar que tenha êxito nessa sua trajetória, seja protegida por Deus, e que possa a bela cidade de Londrina, a nossa segunda Capital, a Capital do Norte do Estado ter a sua primeira prefeita.

E para dizer, a propósito dos oradores que nos antecederam aqui, que a decisão do governador Roberto

Requião de fechar os cursos universitários é um ato de governo dos mais responsáveis, porque a cultura não é um ornamento para as universidades. A cultura é um documento, a cultura é o ato de ensinar e um curso universitário que não cumpra a sua função não merece ficar aberto.

Um governador responsável é o que faz com que a universidade cumpra efetivamente o seu papel.

O deputado Carli tem razão ao querer que a sua cidade tenha curso universitário, mas é preciso que o curso só exista quando ele cumpre a sua função.

Lembro que o Rio Grande do Sul investe 30 milhões de reais, em cursos universitários e, o Paraná investe 450 milhões de reais, em cursos universitários e, o Paraná investe 450 milhões de reais, em cursos universitários.

Está no limite absoluto.

A SRA. ELZA CORREIA

Obrigada pela intervenção.

O que eu tenho presenciado aqui, na Assembléia Legislativa tem me deixado profundamente angustiada. Não se trata do exercício, apenas, da democracia, em que a divergência de que no campo das idéias é salutar.

Tenho percebido que aqui existe na verdade uma gritaria e, aqueles que gritam é porque não querem se fazer ouvir, não querem ouvir os argumentos que se contrapõem, às vezes, às críticas, muitas vezes infundadas e alfinetadas, às contratações infundadas e simplistas, agressões, denúncias vazias.

Percebo que existe a vontade de alguns, em que prevaleça a situação, do quanto pior melhor. Não adianta berrar, esperar, denunciar, xingar ou gritar, está aí instalada uma CPI, e o resultado, sim, dessa CPI será soberano, em relação à resposta e ao resultado de investigações que deverão ser feitas.

Entendo que essa grita que na sua grande maioria vem do fato de terem sido cortados vantagens e privilégios a uma casta, a um grupo de pessoas que tinha sim, privilégio no porto de Paranaguá e, todo mundo sabe disso.

Acho que a CPI, como instrumento importante, vai ser utilizada para nós verificarmos isso.

O superintendente do porto de Paranaguá tomou medidas que entendeu necessárias nesse momento e, evidentemente, essas medidas contrariam os interesses daqueles que apostavam na política do clientelismo, da troca de favores e outras questões.

Vejam bem, o superintendente denuncia que uma balança que fazia o peso de insumos no porto de Paranaguá, o soft era provado, de uma empresa privada, dentro do próprio porto. Só numa investigação feita pela Superintendência constatou-se que havia em apenas um caminhão, uma diferença de 5 toneladas de soja.

Aí ficaríamos horas e horas desfiando um rosário aqui, de irregularidades, de improbidades que aconteciam no porto e que passaram a não acontecer mais.

Isso fere ânimos, isso deixa muitas pessoas descontentes e a grita se faz.

Isso fere ânimos, isso deixa muitas pessoas descontentes e a grita se faz.

A CPI é um instrumento que vai evidentemente verificar e concluir pela verdade e, até lá, qualquer grito é daqueles que querem fazer ouvido mouco.

Ouvi aqui que no governo passado sobrava dinheiro. E que agora não há dinheiro. Evidentemente se sobrava dinheiro, talvez porque houvesse malversação do dinheiro público, talvez porque houvesse na verdade, desvio de prioridade em relação ao interesse público; talvez porque o dinheiro gasto era de forma imprópria no governo anterior. Quando o Roberto Requião deixou o governo, a dívida era de dois bilhões, aproximadamente. Quando o Lerner deixou, essa dívida estava em vinte bilhões. Não houve pagamento de nenhum precatório. Privilegiaram, sim, vários setores, como aconteceu com os Jogos da Natureza, aonde foi literalmente jogado fora 80 milhões de reais. Não se promoveu os interesses sociais, não houve aumento de funcionalismo, as estradas que não estavam no pedágio foram literalmente sucateadas. Houve desmando, houve malversação do dinheiro público conforme o governador Roberto Requião pode nos primeiros meses de mandato, já mostrar publicamente a quem servia o governo anterior.

Evidentemente, é preciso muito cuidado e muita cabeça fria na hora de fazer as críticas, porque nós sabemos que muitos daqueles que falam agora em conselhos, em conselheiros, não tiveram a competência necessária para aconselhar o governo anterior para que ele não provocasse tantas situações que contrariam os interesses do povo do Paraná.

Agora, todo mundo vira bom conselheiro, todo mundo tem resposta pronta, todo mundo sabe o que dizer, faz as suas críticas. Aqueles que nos contestam aqui se esqueceram de que no governo anterior deviam ter a mesma preocupação, o mesmo cuidado e teríamos evitado o caos em que este Estado foi mergulhado.

Hoje, teria algumas colocações a fazer em relação às universidades, mas deixo para a próxima.

O Sr. Artagão Júnior

Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Rapidamente, senhor presidente, quero dizer que o PMDB, o governo Roberto Requião está envaidecido pelas palavras do deputado Fernando Carli. Ele quis dizer que o governador não concedeu nenhum benefício para a nossa região. Na verdade, isso é uma inverdade.

No início do nosso mandato conseguimos o reconhecimento de três cursos, coisa que não havia sido feito no governo anterior. Não obstante a isso, liberamos, através do secretário Maurício Requião, aproximadamente três milhões de reais a serem investidos nas escolas estaduais naquela cidade, como também aumentos e incrementos na área da saúde acima de quatro milhões no

mandato do Roberto Requião. Sem dúvida alguma existem ações do governo, existem muitos benefícios levados para aquela cidade, para a cidade de Guarapuava. Não tenho dúvida que o ex-reitor que promoveu esse crescimento tão grande de quatorze cursos para vinte seis cursos, estará conosco reunido, com o secretário Adair Rizzi, para que possamos solucionar da melhor forma possível a retomada desses cursos, se assim for o entendimento do governo.

A Sra. Elza Correia

Só queria levantar uma questão de ordem. O senhor presidente tem razão, temos uma Sessão agora, às 17 horas, tem convidados esperando. Se realmente esses critérios fossem respeitados por todos, nos não teríamos que no final da Sessão correr tanto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. não tem o direito de reclamar porque já usou nove minutos e cinquenta e cinco segundos. Tivemos por V. Exa. a mesma consideração que tivemos com os outros parlamentares.

Liderança do Governo, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Talvez a minha fala hoje seja um misto de liderança do governo interpretando as necessidades do governo do Estado do Paraná, mas também como deputado preocupado com a cidade de Paranaguá.

O conflito que estamos caminhando entre a administração do porto de Paranaguá, o Governo do Estado e a comunidade parnanguara, sobretudo com os operadores de carga, com os sindicatos dos trabalhadores, não é bom para o Estado do Paraná.

Estou muito preocupado porque os trabalhadores de Paranaguá, diferentes de outros trabalhadores, de outras categorias, recebem por dia. Eles recebem por carga ou descarga realizada. São os chamados trabalhadores avulsos, é como na agricultura o que chamamos de bóias-frias, que recebem por dia.

Lá em Paranaguá, a estiva, os arrumadores, os diferentes, enfim, toda uma gama de trabalhadores avulsos recebe pelo seu trabalho diário. Então, preocupa-me esse movimento paralisando a operação de carga e descarga, seja da carga geral, seja da carga de granéis.

Da forma como estou vendo, caminha para um conflito que se acirra a cada dia que passa. É preciso que a Assembléia Legislativa cumpra um pouco o seu papel, não apenas de fiscalizador, mas cumpra o seu papel delegado pela população por meio de mandato popular. Nós deputados, quando recebemos um mandato da população, temos uma função que talvez seja a função principal de procurar mediação dos conflitos da sociedade e nós assim o fazemos por meio de projetos de lei, muitas das nossas idéias de projetos de lei não são nada mais do que mediação de conflitos, regulação da sociedade. Então, a minha

sugestão é para que criemos um espaço institucional, mas também não formal de que essa mediação possa ser realizada. Faço um apelo ao presidente da Assembléia dentro desse espírito. A Assembléia já fez esse papel em conflitos na sociedade.

É preciso que a cidade de Paranaguá possa dialogar com o governador do Estado do Paraná, independente de qualquer CPI, a que foi lida e que será instalada no dia de amanhã ou no prazo regimental de quatro dias continuará o seu trabalho. Se o prefeito de Paranaguá tiver qualquer responsabilidade, qualquer ato desabonar e a CPI assim investigar, ótimo; se os administradores do porto tiverem qualquer conduta irresponsável e a CPI investigar é bom para o Estado do Paraná, é bom para a administração da nossa cidade e para qualquer operador portuário.

Sem machucar, sem prejudicar o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, gostaria de sugerir ao presidente da Assembléia, se assim entender com essa preocupação que trago, que constituísse uma comissão de um, dois, três deputados para que vá, em nome da Assembléia, conversar com a administração do porto de Paranaguá, com o movimento que está fazendo a manifestação na cidade de Paranaguá e que converse também com o governador do Estado, Roberto Requião. O fruto dessa conversa é a busca de alguma alternativa de um entendimento, a busca de soluções do ponto de vista da administração, do funcionamento do porto de Paranaguá.

A paralisação do porto não é bom para o Paraná, não é bom para Paranaguá e não é bom para os trabalhadores. Temos que buscar alguma alternativa em que pese a CPI instalada que se investigue todos os atos que devam ser investigados.

O Sr. Neivo Beraldin

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Nessa esteira de Paranaguá gostaria de fazer uma consideração. Existe aqui na Casa a Comissão de Fiscalização, a qual presido. Já foram realizadas várias audiências sobre o porto de Paranaguá, fomos a Paranaguá, realizamos uma audiência na Associação Comercial Industrial de Paranaguá e lá estiveram quase todos os sindicatos, empresários, exportadores, todos falando lá, foram oito horas de Sessão. Então, acho que nós já estamos bem adiantados nesse aspecto e queria que ficasse claro que a Assembléia até aqui não se omitiu em nada, ao contrário. O governador precisa entender que tem que resolver os problemas pessoalmente.

Acho que essa é a questão.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado, mas nós não fomos capazes até agora de superar esse movimento! Estamos caminhando para uma Comissão Parlamentar de Inquérito que vai ser aberta e os conflitos vão ser exacerbados. Não quero que o porto de Paranaguá fique fechado. Muitas vezes tem algum

mau entendimento de alguma coisa que foi dita num momento de maior tensão por esse ou por aquele participante desse conflito e que uma comissão de fora pode ajudar a solucionar.

Eu nasci em Paranaguá, a minha preferência é de que não esteja nessa comissão ninguém envolvido até agora nesse tipo de conflito, até para que possa questionar: “olha, tudo bem, entendemos a justeza da reivindicação de ambas as partes, mas nós queremos ver aonde podemos prosseguir numa negociação. “Isso tudo para fazer com que a cidade não perca e para fazer com que o governo do Paraná, a produção de soja, de alimentos não perca. A idéia é essa.

Então, não é Comissão de Fiscalização e nem CPI, porque a CPI eu sei que terá que cumprir um papel fundamental, que é o papel da Assembléia, de investigar e se alguém fez alguma coisa de errado lá em Paranaguá, terá que vir aqui na Assembléia Legislativa se explicar.

Mas, não é nisso que, neste momento, nós temos que apostar, mas temos que apostar na busca de um entendimento. Por isso, a minha sugestão é de uma Comissão diminuta, de preferência que o presidente da Assembléia indique pessoas equidistantes desse problema para tentar levar essa reivindicação ao governador do Estado, ao superintendente do porto de Paranaguá e aos representantes do Movimento que está paralisando a cidade de Paranaguá: Operadores Portuários e Representação Sindical. É esse o entendimento.

O SR. NEIVO BERARDIN

V. Exa. tem que tomar uma posição. Apenas sugerir uma nova Comissão para zerar o que foi trabalhado até aqui, é muito simplista!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Neivo, eu fiz uma sugestão e se V. Exa. acha que estou errado, V. Exa. tem todo o direito de pegar a palavra depois e dizer o seguinte: olha, acho que o deputado Vanhoni está errado por causa disso, disso e disso.

O Sr. Waldir Leite

Deputado Vanhoni, concede-me um aparte?

(Assentimento)

Sabendo desses problemas, da importância do porto de Paranaguá para o Paraná, para o Brasil, para os trabalhadores, na verdade concordo que seja feita uma Comissão completamente imparcial, que não tenha envolvimento nenhum e inclusive nem eu e nem o senhor acho que não devemos estar mesmo nesse movimento. Acredito que tinha que haver alguém mais próximo ao governo federal e a minha sugestão é que essa dupla para resolver esse impasse do canal do diálogo fosse o nosso nobre presidente e o Jorge Samek, que também tem um canal aberto de diálogo com o governo federal e estadual. Acho que essa dupla seria muito importante neste momento difícil que nós sabemos que vive a sociedade parnanguara, o Estado do Paraná, o Brasil - por essas

dificuldades de embarque da sua produção - e dos próprios caminhoneiros, porque nós sabemos o sofrimento que eles estão passando na estrada.

Agora, mesmo o senhor deve ter a notícia que está tendo uma passeata, o Sr. Eduardo Requião convidou os caminhoneiros para irem a pé até Paranaguá em uma manifestação que acredito seja equivocada.

O SR. ÂNGELO VANHONI

É no entendimento da linha do que o deputado Leite está falando que subi à tribuna, com o espírito de quem sabe da dimensão do conflito. É uma cidade que está parada e vejam, o governador do Estado do Paraná é um homem que tem o maior carinho pela cidade de Paranaguá. O governador Roberto Requião sempre foi e sempre será muito bem recebido pelos parnanguaras, esta é uma cidade que desde o início da sua carreira política demonstrou todo um carinho ao governador Roberto Requião e ao PMDB em especial. O governador sabe disso, e nós não queremos que esse conflito se exaspere de forma a prejudicar a cidade, a prejudicar o nosso porto, e fundamentalmente as pessoas que precisam do trabalhador avulso da nossa cidade.

Então, é com esse objetivo. E vejam, já fui sindicalista, já fui do Movimento dos Trabalhadores de Banco, já fui funcionário do Banco do Estado e teve momentos em que tivemos que recorrer ao arcebispo da nossa cidade, Dom Pedro Fedalto, para que fizesse uma mediação.

Quando nós tivemos o conflito dos estudantes aqui na Assembléia Legislativa em relação à venda da empresa de energia elétrica, Copel, nós recorremos ao arcebispo Dom Pedro Fedalto, para que intermediasse, junto ao governador Jaime Lerner, uma negociação para que a polícia não agredisse os estudantes - a Assembléia teve que lançar mão do arcebispo.

Acho que nós temos capacidade para intermediar esse processo. O presidente da Assembléia, conversei há pouco com ele, achou essa uma idéia simpática, acha que dá para evoluir, a Presidência da Assembléia, institucionalmente, tem todo o poder revestido no Estado do Paraná para tentar ajudar na busca de uma solução que estamos perseguindo.

Então, em razão do tempo, amanhã faço a minha intervenção a respeito de uma idéia para superar este problema relativo à questão dos professores do Estado do Paraná e concedo um aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Apenas para dizer que parabeno V. Exa. e que acho que é o caminho. Não há necessidade de o presidente nomear uma Comissão, na minha opinião. Nós devemos delegar ao nosso presidente essa função, porque ele já a tem, de forma constitucional e regimental, e acho que a questão do porto não é apenas a cidade de Paranaguá, é o primeiro corredor de exportação da América Latina, o segundo do mundo, nós temos que ter

uma outra dimensão. E fora a CPI, a Comissão de Fiscalização, que vai fazer um outro tipo de trabalho dentro do porto, há uma questão emergencial, senão daqui a pouco os motoristas começam lá da minha região me pedirem que eu vá lá, outros começam a pedir para que outros deputados vão até lá.

Então, eu acho que o deputado Hermas Brandão pode, como representante da Assembléia, lançar mão dessa possibilidade que V. Exa. coloca e verifica a alternativa para chegarmos a um entendimento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo ao deputado Ângelo Vanhoni e ao deputado Luiz Carlos Martins, hoje pela manhã eu tive uma reunião com o setor produtivo do Estado, a Ocepar e a FAEP, e a solicitação foi no sentido do que a Assembléia poderia fazer em relação ao porto de Paranaguá. Falei que algumas ações já estavam sendo feitas, que a Comissão de Fiscalização, presidida pelo deputado Marcos Isfer, já estava trabalhando há mais de 120 dias, a CPI seria instalada hoje, mas que os resultados, lógico, deveriam demorar mais do que as nossas necessidades do momento.

E acatando essa solicitação do setor produtivo do Estado, aceitando a sugestão do deputado Luiz Carlos Martins e do deputado Ângelo Vanhoni, vamos designar uma comissão de três Parlamentares para se dedicarem exclusivamente ao porto de Paranaguá, no sentido de que haja uma conciliação. O porto de Paranaguá não pode, o povo do Paraná, a economia do Paraná não pode esperar mais algumas horas para que se resolva o caso dos embarques no porto de Paranaguá.

Então, neste momento, designo e faço um apelo para que os deputados realmente trabalhem, os três que serão designados, integralmente, estarão dispensados de qualquer outra ação aqui na Assembléia, exclusivamente, em relação de nós conciliarmos e buscarmos o entendimento para que o porto de Paranaguá possa retornar ainda os trabalhos no dia de amanhã. Vamos tentar, vamos buscar o possível e o impossível. Se essa comissão conseguir esse intento, não teremos condições de responder, mas tenho certeza que os três parlamentares indicados vão buscar esse entendimento para que possamos devolver a tranquilidade novamente a Paranaguá e aos paranaenses.

Vou designar e fazer um apelo para que aceitem a designação os deputados Elio Rusch, José Maria Ferreira e Marcos Isfer, que se dediquem exclusivamente para tentarmos conciliar os interesses do povo paranaense. Não é Comissão Fiscalizatória, não é Comissão para denunciar ninguém, é, sim, para buscar o entendimento para que o porto possa voltar a funcionar imediatamente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (Pela Ordem)

Senhor presidente, com relação ao pronunciamento do deputado Elio Rusch, com relação ao episódio da assinatura da ata da reunião na cidade de Cascavel, eu liguei para o secretário da Segurança, o Delazari, e ele mandou aqui a cópia oficial da Associação Comercial, na qual está aqui a sua assinatura na ata. A outra, segundo ele, não era a ata, era coisa simbólica. Mas ata está aqui, a assinatura do secretário. E quero dizer que muitas vezes faz-se uma tempestade em um copo d'água e, na verdade, a verdadeira, a correta não é aquela.

Então, eu queria deixar à disposição do nosso deputado Elio Rusch, meu amigo, aqui a cópia da ata da reunião da Associação Comercial de Cascavel, assinada pelo secretário.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu tive também a oportunidade de falar com o secretário da Segurança Pública e ele me dizia que uma moça pedia insistentemente para ele um autógrafo e ele colocou lá, não sabia que era o livro de protocolo, ocorreu realmente. Agora, no livro da Associação Comercial de Cascavel está o nome dele assinado, porque ele naquele momento não sabia que estava assinando um livro de presença na reunião. E ele vem aqui, publicamente, esclarecer o fato, se for necessário, está à disposição.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu acho que o deputado Elton Welter já respondeu o que eu queria dizer. Na verdade não cabe mais nenhum esclarecimento. O deputado Edgar Bueno foi eleito presidente da AMOC, toda imprensa tem noticiado que o secretário Delazari havia colocado no livro de presença em vez do nome dele, o nome do cantor Roberto Carlos e V. Exa., com muita propriedade confirmou exatamente, na Ata ele assinou mas no livro de presença está o nome constado como Roberto Carlos confirmado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de passarmos à Ordem do Dia quero fazer uma solicitação ao nosso brilhante vice-presidente, deputado Stica, que possa instalar amanhã as CPI's da Reforma Agrária e das Universidades.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, designado que fui juntamente com os deputados Marcos Isfer e Elio Lino Rusch, se é o entendimento da Mesa que nós teremos condições de contribuir, em nome do Paraná, em nome da economia, em nome da normalidade de funcionamento do porto, evidentemente que, posso falar pelos três deputados, vamos nos empenhar para que possamos desempenhar o papel que a Casa espera, que é de encontrar o consenso, o caminho para que possamos restabelecer ou contribuir para o restabelecimento da normalidade no porto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu não esperava de V. Exa. e dos demais parlamentares outra posição, porque realmente temos que nos preocupar e V. Exas. sempre demonstraram isso, preocupação sobre as coisas do Paraná.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)

Senhor presidente, o que o secretário alertou, a insistência da moça era tamanha que pedia para assinar autógrafos e ele, porque sabia que todo mundo conhecia o secretário, infelizmente, pela insistência da moça ocorreu esse fato. Não sabia que era um livro de presença, achava que era uma fã.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu acho que já está justificado por V. Exa., mas acho que como secretário e promotor que ele é, deveria saber o que está assinando, não é?

Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 senhores deputados.

Sobre a mesa expediente subscrito pelo deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando os membros do Partido que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Porto de Paranaguá, sendo o deputado Durval Amaral na qualidade de titular e o deputado Plauto Miró Guimarães como suplente. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Neivo Beraldin na qualidade de líder do PDT, constante do expediente, indicando o deputado Barbosa Neto para responder como titular e o seu próprio nome para responder como suplente na CPI do Porto de Paranaguá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 337, de autoria do deputado Waldir Leite, com apoio dos deputados Elio Rusch, Barbosa Neto, Chico Noroeste e demais deputados, constante do expediente, e com fundamento no artigo 62, parágrafo 3º, da Constituição Estadual e no artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, requerem, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por sete membros, com prazo de 120 dias, para investigar e apurar irregularidades administrativas, financeiras, técnicas e sanitárias verificadas no porto de Paranaguá, reiteradamente denunciadas pela mídia, tais como: desaparecimento de soja depositada para embarque, contratação de seguros, dragagem do canal do porto, tempo de espera para o embarque dos navios, presença de roedores nos silos terminais de carga e embarque de grãos, etc. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos para conheci-**

mento dos senhores deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.

Diante do requerimento apresentado pelo deputado Waldir Leite, devidamente apoiado, solicito aos líderes dos Partidos, conforme Regimento Interno, indicarem, em 48 horas os seus componentes, para que posteriormente façamos a sua indicação.

Queremos informar também que os deputados Padre Paulo Campos, Pedro Ivo, Luciana Rafagnin, estão hoje ausentes da Sessão, porque estão se reunindo na capital federal com o ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal, o imóvel que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CO. **Aprovado, artigo por artigo.** Votos contrários dos deputados José Maria e Tadeu Veneri.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a proibição à cobrança de consumação obrigatória ou consumação mínima, em bares, boates, danceterias, casas de show e similares no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário de nº 01, de autoria da deputada Elza Correia, devidamente apoiada.

Emenda de Plenário de nº 02, de autoria do deputado Marcos Isfer, devidamente apoiada, ambas nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 098/2003**

Dê-se ao artigo 1º do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica proibida a cobrança quaisquer valores, a títulos de ‘consumação obrigatória’ ou ‘consumação mínima’, pelos bares, boates, danceterias, casas de show e similares no Estado do Paraná, nos termos dos artigos 5º, XXXII, e 170, V, da Constituição Federal, e 6º, IV, e 39, I, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Parágrafo Único - Os estabelecimentos de que trata este artigo poderão cobrar valores a título de ingresso ou entrada, ficando vedada a vinculação destes ao consumo de quaisquer produtos.”

Sala das Sessões, em 22.03.2004.

(a) ELZA CORREIA

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Augustinho Zucchi, Elton Carlos Welter e Tadeu Veneri.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por finalidade suprimir do corpo do artigo 1º projeto, a menção aos artigos 23, I, e 30, I e II, da Constituição Federal, que se referem à competência legislativa dos municípios, não tendo nenhuma ligação com a matéria que ora se pretende regulamentar.

Objetiva, também, incluir no texto do artigo 1º do projeto, a menção ao artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal, que impõe ao Estado a obrigação de promover, na forma da lei, a defesa do consumidor.

Trata-se, portanto, de mera correção do texto do referido artigo.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02

O parlamentar que a presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, propõe Emenda Modificativa aos artigos 1º e 2º, e Emenda Supressiva os parágrafos 1º e 3º, do artigo 3º, passando o projeto a tramitar de acordo com o substitutivo geral abaixo transcrito:

**SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 098/2003**

Art. 1º - Os bares, restaurantes, casas noturnas e similares que exigirem dos frequentadores o pagamento de um valor mínimo, dito “de consumação” ou equivalente, não poderão restringir o uso do crédito correspondente apenas ao consumo de bebidas alcoólicas, devendo franquear a esse título à totalidade dos consumos ofertados ao público no estabelecimento.

Art. 2º - A exigência do pagamento referido no artigo 1º e seu parágrafo único deverá ser anunciada de forma ostensiva na entrada do estabelecimento, esclarecendo-se ainda que o consumidor terá direito, no limite pago, ao consumo de todos os produtos ofertados pelo estabelecimento.

Art. 3º - Ao estabelecimento que infringir os dispostos dos artigos 1º e 2º do presente dispositivo legal, ser-lhe-á aplicada multa no valor de 10 vezes o preço cobrado pela “consumação obrigatória” e “consumação mínima”.

Parágrafo Único - Em caso de reincidência, o valor da multa será duas vezes o valor no *caput* do presente artigo.

Art. 4º - A fiscalização e aplicação desta lei ficará a cargo do Procon/PR por si e mediante delegação aos órgãos de defesa do consumidor em nível municipal.

Art. 5º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.2003.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Barbosa Neto, Felipe Lucas, Ratinho Júnior e Jocelito Canto.

JUSTIFICATIVA:

A cobrança da chamada “consumação mínima” não se revela, em si, ofensiva aos direitos dos consumidores, razão pela qual não é recomendável sua proibição pura e simples que poderá até servir como desestímulo aos investimentos no setor, e, com isso, prejudicar os próprios consumidores e os empregados dos estabelecimentos.

Ao invés disso, cabe apenas evitar que o uso da consumação concentre-se em bebidas alcoólicas. Também é importante que, antes de ingressar no estabelecimento, o consumidor seja devidamente informado da exigência, a fim de que possa, querendo, dirigir-se a estabelecimento que não a adotem.

Não deve prosperar a tese narrada na justificativa do projeto de lei originário de que o uso a consumação mínima estaria lanceando o artigo 39, I da Lei nº 8078/90, uma vez que não ficaria condicionado o fornecimento de um produto a outro, uma vez que não há a obrigatoriedade em consumir, mas sim, de pagar um valor mínimo para se permanecer no estabelecimento.

Neste contexto podemos facilmente compreender que os empresários que adotam esta prática procuram perfilar políticas e investimentos que visam cativar ainda mais sua clientela, através da contratação de artistas e melhorias no ambiente, que se tornam indispensáveis para a manutenção do estabelecimento.

Neste mote, deveremos entender a consumação mínima como uma parcela do preço cobrado para a entrada no estabelecimento que se reverte em benefícios para o cliente, o que afasta a tese de métodos comerciais coercitivos ou desleais.

Para finalizarmos, cabe ressaltar que as emendas que nesta seara propomos corroboram com o texto da Carta Magna Federal, já que tutelam o uso da con-

sumação mínima de modo a que coíba a sua destinação exclusivamente à aquisição de bebidas alcoólicas, bem como obriga a comunicação aos clientes do estabelecimento sobre a sua cobrança, ao mesmo tempo que serve como incentivo aos empresários do ramo e como corolário do pleno emprego.

O projeto será encaminhado à CCJ.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, que proíbe o condicionamento da aceitação de cheques a tempo mínimo de abertura de conta corrente. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAIC E CDC. EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 014/2003, de 02/04/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 169/2003

P A R E C E R

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá outras providências.

Além de fixar um número máximo de alunos por turmas, o artigo 3º da proposição sob análise estabelece em 4 horas diárias o tempo mínimo de permanência na escola.

A autora propõe que a 1ª série do 1º grau tenha um número máximo de 20 alunos; de 2ª a 4ª séries o número máximo de 25 alunos; de 5ª a 8ª séries o número máximo de 30 alunos; no 2º grau o número máximo de 35 alunos.

A matéria é de competência do Estado do Paraná. Citem-se os artigos 23 e 24 da Constituição Federal.

Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - proporcionar meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Por sua vez, o artigo 24 da Constituição Federal firma que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - Educação, cultura, ensino e desporto;

XV - Proteção à infância e à juventude.

O artigo 11 da Constituição do Estado do Paraná, em seu inciso V insere entre as competências do Estado do Paraná, em seu inciso V insere entre as competências do Estado do Paraná: proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Quanto à competência da Assembléia Legislativa do Paraná para legislar sobre a matéria observe-se o artigo 53 da Constituição Estadual.

Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal.

Quanto a iniciativa da presente proposição, ressalte-se que não se trata de matéria cuja iniciativa é privativa de chefe do Executivo Estadual, pois não está entre as matérias previstas no artigo 66 da Constituição Estadual.

Quanto ao mérito, além dos relevantes fundamentos apresentados pela autora, destaque-se que a proposição atende ao disposto no parágrafo 5º do artigo 87 da Lei Federal nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases de Educação.

§ 5º - Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão as redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Em seu aspecto material e formal, a norma não apresenta qualquer óbice à tramitação regimental.

Apenas para adequação terminológica à lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9394/96 - apresentamos substitutivo geral à proposição.

O parecer é favorável à tramitação regimental na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCI PROJETO DE LEI Nº 169/2003

Art. 1º - O número máximo de alunos por sala de aula na rede pública estadual de ensino obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º - O limite máximo de alunos por sala de aula nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual de ensino é de:

I - 1º série do ensino fundamental: até 20 (vinte) alunos;

II - 2ª a 4ª séries do ensino fundamental: até 25 (vinte e cinco) alunos;

III - 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries do ensino fundamental: até 30 (trinta) alunos;

IV - Em todas as séries do ensino médio: até 35 alunos.

Art. 3º - O limite mínimo de permanência na escola, por dia, para o pré-escolar, ensino fundamental e ensino médio, será de 4 (quatro) horas diárias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 169/2003

P A R E C E R

O presente plano de lei é da lavra da deputada Luciana Rafagnin, que tem por finalidade dispor sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá outras providências.

Como podemos observar a Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este relator, analisando a matéria, que o excesso de alunos em sala de aula não permite a oportunização de experiências, vivências aos alunos, impossibilita o professor de dar atendimento adequado às necessidades individuais do aluno, traduz-se em baixo rendimento escolar e, por conseguinte, um baixo nível de ensino.

Desta forma, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
VANDERLEI IENSEN - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 169/2003

P A R E C E R

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá outras providências. A Comissão de Constituição e Justiça se manifestou pela constitucionalidade da proposição. Da mesma forma a Comissão de Finanças exarou parecer favorável à tramitação regimental.

No mérito, a Comissão de Educação Cultural e Esportes não identificou qualquer elemento que possa obstaculizar a tramitação regimental.

O parecer é pela tramitação regimental e que seja submetido ao Plenário.

Sala das Comissões, em 15.03.2004.

(a) TADEU VENERI
Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 344, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente, solicitando a retirada de Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 169/2003.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza a iniciativa privada a auxiliar financeiramente o ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais, conforme condições que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDA DA CF E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/2003, de 20/05/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 284/2003

P A R E C E R :

Trata a proposição legislativa indigitada de iniciativa do nobre deputado Durval Amaral, autorizando a iniciativa privada a auxiliar financeiramente o ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais, conforme condições que especifica, com contrapartida à divulgação de sua publicidade institucional nos uniformes utilizados pelos alunos respectivos.

Algumas questões foram levantadas durante a tramitação do processo legiferente, que merecem algumas considerações.

Como integrante desta Comissão, função que muito me honra exercer, empenhei esforços no sentido de ressaltar a função técnica da CCJ, que tem por finalidade o controle apriorístico da constitucionalidade das normas estaduais, não podendo, pois, se pautar por critérios puramente políticos.

Ocorre que os requisitos de ordem formal que devemos observar no processo de elaboração legislativa não constituem um fim em si mesmo, nem podem engrossar a atividade parlamentar.

Os preceitos constitucionais, legais e mesmo regimentais que controlam a produção legislativa integram um ordenamento jurídico que deve ser interpretado de forma sistêmica.

A mera literalidade das normas não é suficiente para revelar sua finalidade, sendo certo que tal finalidade é sempre uma só: o interesse público.

Sendo assim, deve esta CCJ *data venia*, transcender a mera literalidade das normas ao interpretá-las, buscando sempre contemporalizá-las com o verdadeiro interesse coletivo, obstaculizando a tramitação exclusivamente de projetos manifestamente ilegais ou inconstitucionais, e ainda assim quando não seja possível supri-los o vício, mantendo-se a essência da idéia contida na proposição.

No caso presente, a engenhosa idéia apresentada pelo nobre deputado Durval Amaral merece tramitar, apesar de que, para isso, deve sofrer alguns reparos.

Uma primeira questão levantada para obstaculizar a tramitação da proposição objeto, deste parecer diz respeito à competência privativa do Exmo. Sr. Governador do Estado para celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, decorrente do artigo 87, XVIII da Constituição Estadual foi apontada com óbice à tramitação do projeto de lei sob exame.

Com o devido respeito, o argumento não tem a mínima condição de prevalecer.

Isso porque o artigo 87 não trata propriamente de iniciativa de processo legislativo. Os casos excepcionais de iniciativa do Exmo. Sr. Governador do Estado vêm discriminados de forma taxativa no artigo 66 da Constituição Estadual, e guardam nítida relação com a função atípica do Executivo de expedir suas normas de organização interna.

De outro lado, tem-se que a proposição objeto deste parecer não se caracteriza como convênio. Limita-se a criar uma forma alternativa de realizar-se, sem custo para o Estado ou para os administradores, o bem comum e o interesse público. Regula uma relação a se estabelecer entre as Associações de Pais e Mestres (pessoa jurídica de direito privado), e as empresas.

Ora. Não é o Governo do Estado do Paraná quem fornece uniforme aos alunos!

E, obviamente, não trata a proposição em tela da criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Não se está criando Secretarias de Estado, ou mesmo alternando-se suas estruturas ou atribuições. O mesmo se diga dos demais órgãos da administração pública. Eventual interpretação nesse sentido é rasa e imponderada.

No Estado Democrático de Direito, o Executivo é responsável pela administração pública, mas deve agir dentro da legalidade. E a elaboração legislativa é função típica do Legislativo, que não se consubstancia como mero apêndice do Executivo.

Dispõe a Constituição Estadual que, a respeito da questão, reproduz textualmente a Constituição Federal:

“Capítulo II

Da Educação, da Cultural e do Desporto

Seção I

Art. 177 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

E a Constituição Federal, em sua redação atual, por seu turno, dispõe:

“Art. 173 - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta da atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos

imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforma definidos em lei.”

Conjugando-se os dispositivos, observa-se que a ordem jurídica superior fomenta a exploração das atividades econômicas pela iniciativa privada, ao mesmo tempo em que impõe à sociedade (onde se inclui a iniciativa privada) o ônus de promover e incentivar a educação.

E o projeto de lei em questão objetiva compatibilizar essas duas diretivas constitucionais, na medida em que cria um atrativo para a iniciativa privada investir em educação e ter uma contrapartida por isso, sem ônus para o Estado.

Não sob a forma de lucratividade direta, mas criando um novo meio de divulgação para sua marca comercial, simpático aos olhos da sociedade a uma campanha de cunho preponderantemente social?

No âmbito do Estado do Paraná, foram editadas a Lei nº 7.962/84 e a Resolução nº 45/92, que tratam da não obrigatoriedade do uso de uniforme escolar pelos alunos da rede pública de ensino do Estado. A finalidade nítida dessa normas é isentar do respectivo custo a população de baixa renda, pressupondo que quem não tem condições de arcar com os custos da educação em estabelecimentos particulares de ensino, também não tem de custear a compra de uniforme escolar.

Mas os alunos das escolas públicas usam, diariamente suas próprias roupas para freqüentar as aulas, o que igualmente acarreta um custo a seus pais. Certamente, se lhes fosse cedido uniforme escolar gratuitamente, poderiam os alunos poupar suas roupas para ocasiões diversas.

E o uso de uniformes escolares é salutar, tanto que os adotam os estabelecimentos particulares de ensino. Só para citar um, dentre inúmeros exemplos, o uso de uniforme escolar permite identificar-se quem é, e quem não é, aluno da respectiva escola, o que se harmoniza com os anseios de segurança no âmbito das escolas públicas (problema que vem ganhando proporções no Estado).

Por fim, incumbe ao Plenário da Assembléia Legislativa, por se relacionar com o mérito da proposição, avaliar a proporcionalidade (ou não) entre a vantagem da exploração publicitária respectiva e as exigências legais para tanto, a serem cumpridas pela empresa privada, as estendendo ou restringindo, se for o caso, à mera disponibilização gratuita aos alunos do uniforme escolar completo, em troca do uso publicitário.

Desse modo, é o voto do relator do Projeto de Lei nº 284/2003, submetido à apreciação dos nobres colegas parlamentares, favorável à proposição, na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ
AO PROJETO DE LEI Nº 284/2003

Art. 1º - As empresas privadas que tiveram interesse, com finalidade de veicular sua propaganda, em usar espaço nos uniformes escolares das escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio, para divulgar sua razão social ou marca comercial, poderão fazê-lo, desde que cumpram o dispositivo na presente lei

Art. 2º - Para tanto, deverão tais empresas:

I - providenciar a confecção e distribuição gratuita do uniforme adotado pela escola respectiva;

II - promover anualmente a conservação e manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos das escolas respectivas;

III - fornecer mobiliário, equipamentos de informática, de laboratório e outros, que deverão ser empregados pelas escolas respectivas no aprimoramento do ensino;

IV - fornecer aos alunos respectivos os livros didáticos relacionados com o ano letivo em que se encontram; e

V - doar livros, software e demais materiais de cunho pedagógico às escolas respectivas.

Art. 3º - Nas escolas da rede pública estadual de ensino médio e fundamental cujas Associações de Pais e Mestres firmarem ajuste, nos termos desta lei, com instituições privadas para veiculação de propaganda, torna-se obrigatório, pelos alunos, o uso do uniforme escolar.

Art. 4º - Os uniformes escolares da rede pública de ensino que veicularem propaganda de empresas privadas deverão ser previamente, respeitando-se as disposições pertinentes da Lei nº 7962/84 e da Resolução 45/92.

Art. 5º - É vedada a exploração de espaço publicitário nos uniformes escolares de produtos manifestamente nocivos às crianças e adolescentes, como cigarros e derivados, ou bebidas alcoólicas.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 284/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei 284/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, autoriza a iniciativa privada a auxiliar financeiramente o ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais, conforme condições que especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à tramitação da matéria e apresentou substitutivo.

O substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça traz nos artigos 3º e 4º contradição insanável, razão pela qual devem ser modificados, senão vejamos:

“Art. 3º - Nas escolas da rede pública estadual de ensino médio e fundamental cujas Associações de Pais e Mestres firmarem ajuste, nos termos desta lei, com instituições privadas para veiculação de propaganda, torna-se obrigatório, pelos alunos o uso do uniforme escolar.

Art. 4º - os uniformes escolares da rede pública de ensino que veicularem propaganda de empresas privadas deverão ser previamente, respeitando-se as disposições pertinentes da Lei nº 7962/84 e da Resolução 45/92”.

Cabe salientar que a Lei nº 7962/84, proíbe a obrigatoriedade do uso de uniforme escolar, e é citada no artigo 4º, enquanto o artigo 3º obriga o uso de uniforme escolar.

A informação da Secretaria de Estado da Educação que consta do processo observa (Ofício 1323/02) que, para dar vigência à matéria em estudo, obrigando o uso de uniforme escolar, é necessário revogar a Lei 7.962/84, e a Resolução 45/92.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 284/2003, com o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, e a emenda anexa.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA AO SUBSTITUTIVO
PROJETO DE LEI Nº 284/2003

Ficam suprimidos do Substitutivo ao Projeto de Lei 284/2003 os artigos 3º.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 284/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei autoriza a iniciativa privada a auxiliar financeiramente o ensino fundamental e médio nas escolas públicas estaduais conforme condições que especifica.

Fundamentação

Em que pesem as ressalvas acostadas ao presente projeto do nobre deputado Durval Amaral, é de se reconhecer o seu objetivo social.

É notório o fato que os alunos da rede pública de ensino são, em sua maioria, de famílias de baixa renda, razão pela qual a legislação vigente os desobriga da utilização de uniformes escolares.

O referido projeto de lei, juntamente com a emenda substitutiva apresentada pela Comissão de Con-

stituição desta Casa, visam criar condições para a adoção de uniforme escolar de forma que não represente ônus para as famílias dos alunos, ao mesmo tempo que permite a obtenção de benefícios através das parcerias com empresas privadas como contrapartida à veiculação de propaganda nos uniformes escolares conforme o caso.

Conclusão

Assim sendo, no que compete a esta Comissão se manifestar, conforme preceitua o parágrafo 7º, do artigo 33, do Regimento Interno, opinamos pelo parecer favorável, ao Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, porém com a inclusão da Emenda Supressiva apresentada por esta Comissão.

Sala das Comissões, em 15.03.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 284/2003

Ficam suprimidos do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 284/2003 os artigos 3º e 4º.

Sala das Comissões, em 15.03.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos hotéis e estabelecimentos congêneres criarem e manterem ficha de identificação de crianças que se hospedarem nos estabelecimentos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC E SP. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 056/2003, de 04.08.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 405/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da nobre deputada Arlete Caramês, tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade dos hotéis e estabelecimentos congêneres a criarem e manterem ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça vai buscar amparo na Constituição Federal, que no seu artigo 227, expressa:

“Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação exploração, violência, crueldade e opressão”. A Magna Carta Estadual no

artigo 216, também contempla esta norma, o que se constata tratar-se de matéria concorrente.

Da análise da proposição, verifica-se que tal medida virá colaborar com o dever do Estado, uma das partes responsável em assegurar à vida da criança, colocando ao alcance das autoridades competentes pela amparo da infância, recursos legais, como uma forma de subsidiar informações, importantes, na investigação de desaparecimento de crianças menores de 12 anos.

Conclusão

De conformidade com o teor do projeto, vemos que inexistente qualquer óbice de natureza constitucional, legal e regimental, encontrando-se a matéria em condições de prosseguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 405/2003

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
DOUTOR LUCIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 405/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 405/2003, em análise, de autoria da deputada Arlete Caramês, dispõe sobre a obrigatoriedade dos hotéis e estabelecimentos congêneres criarem e manterem ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos.

Trata-se de proposição que atende ao interesse público, na medida em que a sua aplicação poderá auxiliar os órgãos de segurança em investigações de eventuais desaparecimentos de crianças com até 12 anos de idade.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 405/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria da deputada Arlete Caramês, visa dispor sobre a obrigatoriedade dos hotéis e estabelecimentos congêneres criarem e manterem ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 405/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 405/2003, de iniciativa da deputada Arlete Caramês, tem por escopo tornar obrigatório aos hotéis e estabelecimentos congêneres criarem e manterem ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos.

Objetiva colocar à disposição dos órgãos da Segurança Pública informações que visem auxiliar nas investigações de eventuais crimes de desaparecimento de crianças com até 12 anos de idade.

Cabe salientar que tal medida é muito salutar no desempenho das funções investigativas pois será possível identificar o menor hospedado bem como a pessoa que estava acompanhando e que pagou as despesas efetuadas na hospedagem. Vale dizer, que o objetivo é fundamentalmente facilitar a investigação em eventual desaparecimento de menor de 12 anos de idade, podendo ser de grande utilidade em demais delitos, como pedofilia, abuso de menores e exploração sexual. Ademais, a idade proposta encontra-se dentro da realidade, uma vez que crianças acima de 12 anos de idade são menos suscetíveis às investidas de estranhos que busquem a realização dos delitos mencionados, inclusive possuindo melhores condições de resistirem.

Diante do exposto, este relator apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 405/2003, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.03.2004.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente e Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 560/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que institui categoria de loteria denominada "raspadinha Cultural", através de um concurso de prognóstico sobre o resultado de sorteio de números como modalidade de loteria estadual com destinação de resultados para investimento no setor de cultura do Estado do Paraná na forma que especifica, e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 074/2003, de 22.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 560/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei sob exame, de autoria do nobre líder do Governo nesta Casa, deputado Ângelo Vanhoni, visa instituir no Estado uma nova modalidade de concurso prognóstico de números, denominada "Raspadinha Cultural", vinculada a Lotopar - Loterias do Estado do

Paraná, com exclusiva destinação da respectiva receita para investimentos no Setor Cultural, a exemplo da legislação recentemente editada no Estado de São Paulo.

Louvável, inteligente e exequível a proposta de lei, que não obstante merece alguns reparos.

Inicialmente, para corrigir, em seu artigo 1º, a expressão “Lotopar.....”, que deverá ser substituída por Serviço de Loteria do Estado do Paraná - Serlopar, uma vez que a denominação utilizada era correspondente a uma modalidade de jogo, já em desuso, e não ao ente da administração indireta estadual.

Em segundo lugar para sanear a proposta quanto às inconstitucionalidades que se apresentam no parágrafo primeiro do artigo 1º e no, equivocadamente denominado, parágrafo único do mesmo artigo 1º, além do parágrafo 2º do artigo 2º, e dos artigos 3º e 4º, conforme justificativas que seguem.

A medida em si, como no seu foco idealizada, compete efetivamente ser proposta e aprovada pelo legislador, todavia os meios e instrumentos dos quais se valerá a administração pública para implementá-la e desde que não desvirtue o escopo da lei, é da sua exclusiva competência.

Disporá o administrador, segundo seu melhor e exclusivo juízo de conveniência e oportunidade, quanto aos atos administrativos que deverá praticar para tornar a lei executável.

Da mesma forma, em considerando que a atividade regulamentar da lei é inerente ao Poder Executivo, inócua será qualquer autorização neste sentido e, também, exorbitante da função legislativa quaisquer limitações ou parâmetros que se lhe pretenda impor neste sentido.

Quanto ao artigo 4º, a Lei Complementar 95/98, que estabelece normas gerais para a elaboração legislativa, determina, em seu artigo 9º, que quando necessária cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais a serem revogadas.

No mesmo sentido dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil, desde em 1916, que independentemente de disposição expressa, a lei nova derroga a anterior sempre que dispuser de forma diversa sobre a mesma matéria.

Ante todo o exposto esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável à proposta de lei, todavia na forma do substitutivo geral que integra este parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCI PROJETO DE LEI Nº 560/2003

Art. 1º - Fica instituído, no Estado do Paraná, a modalidade de loteria denominada “Raspadinha Cultural”, por meio de concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números, promovido mediante a

utilização de loteria instantânea com cartões premiados já impressos, com distribuição de prêmios mediante rateio, a ser realizada e controlada pelo Serlopar - Serviço de Loterias do Estado do Paraná, na forma e condições especificadas nesta lei.

Art. 2º - Os recursos provenientes da Raspadinha Cultural, repassados ao Fundo Estadual da Cultura, serão integralmente destinados à promoção e à difusão da cultura mediante:

a) apoio à pesquisa: à realização de exposições, festivais, seminários e oficinas;

b) apoio ao aperfeiçoamento de artistas e técnicos das áreas mencionadas no parágrafo primeiro do artigo 2º desta lei;

c) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural, destinados a exposições públicas;

d) instituição e implantação de “bônus-cultural” e outras iniciativas similares;

e) apoio à reforma e/ou construção de edificações destinadas a fins culturais e aquisição dos equipamentos que se fizerem necessários;

f) preservação e divulgação do patrimônio histórico, cultural, natural e artístico do Estado;

g) apoio à produção e circulação dos bens culturais;

h) apoio à produção e circulação de bens culturais mediante projetos de responsabilidade de órgãos e agências públicas vinculadas à área cultural;

i) apoio a outras atividades culturais consideradas relevantes pelo Conselho Estadual de Cultura.

Art. 3º - Do total dos recursos arrecadados com a “Raspadinha Cultural”, serão primeiramente deduzidas as cotas de encargos sociais incidentes sobre a receita bruta de cada sorteio e o resultado obtido será assim distribuído:

I - 60%, no mínimo, serão devolvidos ao apostador na forma de prêmios;

II - 20%, no mínimo, serão destinados ao Fundo Estadual de Cultura para aplicação em conformidade com as prioridades e critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Cultura;

III - até 15%, serão destinados às despesas com distribuição e comercialização de bilhetes;

IV - até 5% serão repassados ao Serlopar, a título de taxa de administração.

§ 1º - O procedimento licitatório, na modalidade “Concorrência Pública”, previsto na Lei nº 8666, deverá ser observado para efeito de contratação de empresa para distribuição e comercialização dos bilhetes da Raspadinha Cultural, mediante fixação de percentual, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 3º desta lei.

§ 2º - No mínimo 90% (noventa por cento) dos recursos provenientes da Raspadinha Cultural e repassados ao Fundo Estadual da Cultura, deverão ser investidos

no fomento de atividades culturais de empreendedores e de artistas paranaenses, conforme determinação do Conselho Estadual de Cultura, na produção de música, artes cênicas, audiovisuais, literatura, artes visuais, patrimônio histórico, artístico, natural e cultural, folclore, artesanato e demais manifestações culturais, tradicionais ou não.

Art. 4º - O governador do Estado, regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 560/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Ângelo Vanhoni, o presente plano de lei visa instituir categoria de loteria denominada Raspadinha Cultural, através de um concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números como modalidade de loteria estadual com destinação de resultados para investimentos no setor de cultura do Estado do Paraná na forma que especifica, e dá outras providências.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 683/2003, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 560/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 560/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, institui categoria de loteria denominada "Raspadinha Cultural", através de um concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números como modalidade de loteria estadual com destinação de resultados para investimentos no setor de cultural, do Estado do Paraná, na forma que especifica.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma de Substitutivo Geral. Recebeu também parecer favorável da Comissão de Finanças.

No mérito, âmbito de análise desta Comissão Permanente, considera-se essencial a busca de investimentos de programas de desenvolvimento cultural, haja vista a escassez de recursos orçamentários.

Infelizmente a produção cultural está muito longe do grande público, que sequer sabe ler e escrever, ou mesmo tem condições de alimentação e moradia digna.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação de Projeto de Lei nº 560/2003.

Sala das Comissões, em 10.03.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 343, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Em votação.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, sei que a respeito dos bingos e dos jogos há uma polêmica muito grande no Brasil todo. O governo federal mandou uma medida provisória suspendendo todos os jogos. No ano passado assisti em São Paulo num programa cultural, o secretário de Cultura de São Paulo buscando recursos para o Fundo Estadual do Estado de São Paulo, secretário do atual governador Geraldo Alkmin. É uma das alternativas para buscar o financiamento da cultura do Estado de São Paulo foi instituir uma loteria que se chama de Raspadinha Cultural.

Quando vim para Curitiba apresentei o mesmo projeto que existe em São Paulo e isto está tramitando desde o ano passado. Só que neste ano tem uma discussão no Brasil inteiro a respeito de fechar loterias, fechar Bingo. Isso não tem nada haver com bingo. É uma coisa das loterias que existem aí e que funcionam da Serlopar, da Lotopar. E toda a receita dessa loteria era para ajudar a cultura no Estado do Paraná. No entanto como tem uma legislação federal, tem uma medida provisória e o Congresso Nacional deve se pronunciar a respeito da Legislação a esse respeito.

Seria bom que se retirasse por algumas Sessões esse projeto, para que tivéssemos essa demanda nacional regulamentada, para que aqui no Estado do Paraná, nós pudéssemos de alguma forma ajudar a cultura do nosso Estado.

Essa era uma das idéias que estávamos prevendo junto com o setor cultural, aqui, no Estado, que foi uma idéia do fórum de cultura do Estado de São Paulo e o governo aceitou e está funcionando bem lá.

O SR. PRESIDENTE ((Hermas Brandão)

Em votação o requerimento. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 560/2003.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 561/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Festival Estadual de Teatro Estudantil, a ser organizado através das Secretarias de Estado da Educação e/ou da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2003, de 22.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 561/2003

P A R E C E R :

Trata a proposição legislativa indigitada de iniciativa do nobre deputado Ângelo Vanhoni, que objetiva instituir o Festival Estadual de teatro Estudantil a ser organizado através das Secretarias de Estado da Educação e/ou da Secretaria de Estado da Cultura.

Em análise prévia ao Projeto de Lei nº 561/2003 a assessoria legislativa da Casa apontou vício de inconstitucionalidade formal, com explícita interferência à competência do Exmo. Sr. Governador do Estado, num ato contrário ao princípio constitucional de independência e harmonia entre os Poderes do Estado.

Isso porque a proposição colidiria com o que dispõe o artigo 66 da Constituição Estadual: Ressaltando o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:... IV criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. E também: Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:... VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma de lei.

O artigo 66 da Constituição Estadual espelha a redação original do artigo 61 da Constituição Federal, que exige privativamente iniciativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

Já manifestou o STF: As regras do processo administrativo federal, especialmente aquelas que dizem respeito à iniciativa reservada, são normas de observância obrigatória pelos Estados-membros (RTJ 163/957). Ainda:

ADI 1434/SP - SÃO PAULO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE

Julgamento: 10.11.1999

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação: DJ DATA 25.02.2000 PP-00050

EMENT VOL 01980-01 PP-00036

Ementa

EMENTA.... I - Processo legislativo: modelo federal: iniciativa legislativa reservada: aplicabilidade, em termos, ao poder constituinte dos Estados-membros. 1. As regras básicas do processo legislativo federal são de

absorção compulsória pelos Estados-membros em tudo aquilo que diga respeito - como ocorre às que enumeram casos de iniciativa legislativa reservada - ao princípio fundamental de independência e harmonia dos poderes, como delineado na Constituição da República...

Pois bem. Ocorre que a Emenda Constitucional nº 32 veio a conferir ao dispositivo constitucional federal nova redação, para circunscrever a prerrogativa política de iniciativa do Chefe do Executivo, respectiva, à criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 84, VI.

A reforma constitucional, nesse ponto, claramente alterou a própria fórmula da Separação de Poderes em nossa República Federativa, no que diz respeito à questão específica. A propósito, há que se considerar uma reforma em nossa própria Constituição Estadual, para readequá-la à Federal, que já conta com aproximadamente 40 emendas significativas.

Desse modo há que se entender que a prerrogativa política do chefe do Poder Executivo deve se limitar às matérias sobre direção e funcionamento da administração pública.

A proposição do nobre deputado Vanhoni, apesar de atribuir às Secretarias de Estado a organização do Festival Estadual de Teatro Estudantil e, assim, designar-lhes atribuição específica (o que não mais é expressamente vedado pela Constituição Federal, como visto), não cria nem extingue Secretarias de Estado ou outros órgãos da administração pública estadual, nem se propõe a alterar sua organização ou funcionamento interno.

Os efeitos da proposição legislativa, inclusive, são projetados predominantemente para fora das Secretarias de Estado que menciona, eis que dirigidos aos alunos propriamente ditos, que eventualmente se interessem pela atividade artística.

Um único reparo, contudo, merece a proposição, na medida em que o artigo 2º determina:... serão ministradas por instrutores especialmente contratados, na forma da lei, pela Secretaria Estadual de Educação e/ou da Secretaria Estadual da Cultura. Nesse ponto específico parece haver usurpação de competência, pois impõe ao Executivo a proposição, de forma cogente, contratação de pessoal para finalidade específica.

Portanto, sugere-se a redação seguinte: “Art. 2º - O Festival Estadual de Teatro Estudantil, que se realizará anualmente, será a última etapa das oficinas de fomento de grupos de teatro nas unidades da Rede Estadual Pública de Ensino, e serão ministradas por instrutores designados pela Secretaria Estadual de Educação e/ou da Secretaria Estadual da Cultura, que poderá contratá-los para esse fim.” Dessa maneira a questão deve ser tratada pelo próprio Executivo, ao regulamentar a lei e exercer sua prerrogativa política.

É portanto o parecer favorável à proposição, com a redação substitutiva ao seu artigo 2º, submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

**EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ
AO PROJETO DE LEI Nº 561/2003**

Art. 1º - O artigo 2º do Projeto de Lei nº 561/2003 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - O Festival Estadual de Teatro Estudantil, que se realizará anualmente, será a última etapa das oficinas de fomento de grupos de teatro nas unidades da Rede Estadual Pública de Ensino, e serão ministradas por instrutores designados pela Secretaria Estadual de Educação e/ou da Secretaria Estadual da Cultura, que poderá contratá-los para esse fim.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 561/2003**

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Ângelo Vanhoni tem por objetivo instituir o Festival Estadual de Teatro Estudantil.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Finanças entende que a proposição trará enormes benefícios à cultura e cidadania paranaense, fomentando a organização de grupos de teatro nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 561/2003.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.
(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 561/2003**

P A R E C E R :

O desenvolvimento das artes da cultura tem profundo significado no desenvolvimento da civilização humana. O teatro, de forma singular, ocupa espaço todo especial por sua localização na possibilidade transformadora através da linguagem que exprime a dimensão humana em toda sua realidade.

O projeto de lei assinado pelo nobre deputado Ângelo Vanhoni vem de encontro à necessidade de sempre, maior atenção aos mecanismos de civilidade e

de espiritualidade proporcionados pela linguagem das artes.

O projeto de lei se enquadra nas diretrizes para o desenvolvimento da sociedade e do Estado do Paraná e desta forma somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.03.2004.
(a) TADEU VENERI - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 625/2003, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito-Ciretran, no município de Kaloré. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. Aprovado. (Publ. no DA. nº 082/2003, de 14/10/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 625/2003**

P A R E C E R :

Trata a proposição legislativa indigitada de iniciativa do nobre deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito-Ciretran, no município de Kaloré-PR.

Quanto a necessidade ou desnecessidade de o Legislativo estadual autorizar o Executivo a criar uma circunscrição regional de trânsito, não é atribuição desta Comissão manifestar-se.

Não há vedação expressa no texto constitucional de que proposição nesses termos seja apresentada, razão pela qual não é razoável seja rejeitada *ab initio* a proposição sob exame que, ao tramitar pelas demais Comissões e pelo Plenário pode vir a receber emendas interessantes.

Sendo assim, o parecer submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça é, não invadindo o mérito da proposição, pela aprovação da proposição, viabilizando assim sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 625/2003**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 625/2003, em análise, de autoria do deputado Miltinho Pupio, autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito-Ciretran, no município de Kaloré-PR.

Trata-se de proposição que objetiva colocar à disposição dos munícipes de Kaloré, bem como das cidades vizinhas um órgão da Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, a fim de facilitar o atendimento à população e

pelo órgão supracitado, tendo em vista que tal atendimento não existe na localidade.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 625/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 625/2003, de iniciativa do Exmo. Sr. deputado estadual Miltinho Pupio, tem por escopo autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito-Ciretran, no município de Kaloré-PR.

Objetiva colocar à disposição da população de Kaloré e cidades vizinhas um órgão da Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, a fim de facilitar o atendimento que atualmente não existe na localidade.

Diante do exposto, este relator apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 625/2003, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.03.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

Presidente e Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 672/2003, de autoria do deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão do peixe nos cardápios dos Programas de Alimentação Escolar e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 094/2003, de 11/11/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 672/2003

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de iniciativa do ilustre deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão do peixe nos cardápios dos Programas de Alimentação Escolar, bem como a obrigatoriedade de aquisição do mesmo na própria região da distribuição.

Voto do Relator e Fundamentação

A proposição em questão está devidamente amparada constitucional e legalmente, posto que, como fundamento na própria justificativa da proposição apresentada pelo autor é de competência estadual legislar sobre a merenda escolar, e a iniciativa parlamentar também não invade competência privativa do Executivo, apenas a nossa restrição se refere à técnica legislativa, posto que desnecessária a inclusão no texto da lei as nor-

mas citadas (constituição federal e medidas provisórias), bem como o artigo quarto que trata a revogação de disposições contrárias de forme genérica.

Destarte, propomos a seguinte redação.

“Art. 1º - Fica incluído o peixe no cardápio dos Programas de Alimentação Escolar no Estado do Paraná.

Art. 2º - A aquisição dos produtos alimentícios que compõe o cardápio do Programa de Alimentação Escolar no Estado do Paraná será realizada na própria região da distribuição.

Art. 3º - Cabe ao Executivo regulamentar a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, observado o disposto na legislação federal específica.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 672/2003, quanto a constitucionalidade, legalidade e juridicidade, na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 672/2003

Art. 1º - Fica incluído o peixe no cardápio dos Programas de Alimentação Escolar no Estado do Paraná.

Art. 2º - A aquisição dos produtos alimentícios que compõem o cardápio do Programa de Alimentação Escolar do Estado do Paraná será realizada na própria região da distribuição.

Art. 3º - Cabe ao Executivo regulamentar a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, observado o disposto na legislação federal específica.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 672/2003

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do deputado Ademir Bier, tem por objetivo dispor sobre a inclusão do peixe nos cardápios dos Programas de Alimentação Escolar e dá outras providências.

Tal proposição já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade. Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 672/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ademir Bier, dispõe sobre a inclusão do peixe nos cardápios dos Programas de Alimentação Escolar e dá outras providências.

Quanto aos aspectos sobre o qual esse parlamentar deve se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais, conforme relatado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, no âmbito que este parlamentar deve se manifestar perante esta Comissão, acredita que a inclusão do peixe nos cardápios nos Programas de Alimentação Escolar melhorará em muito a qualidade da alimentação nas escolas paranaenses.

Diante desta situação, este parlamentar manifesta-se de modo favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 15.03.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Lei nº 127/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que solicita urgência no encaminhamento do projeto que transforma o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet), em Universidade Tecnológica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CECE. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 103/2003, de 01/12/2003).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
INDICAÇÃO Nº 127/2003

P A R E C E R :

Desde que não ocorra prejuízo ao esculpido na Lei Orgânica do Município e legislação correlata e, salvo melhor juízo dos demais pares, somos favoráveis à indicação da nobre deputada Elza Correia.

Ressalte-se que não é demais e nem difícil beneficiar a população da cidade oportunizando aos estudantes do Cefet, após a conclusão do 2º grau, acesso aos cursos universitários correspondentes à sua formação técnica, ainda mais quando se trata de uma antiga reivindicação da estimada comunidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 001/2004, de autoria da deputada Elza Correia, que solicita providências visando à construção de uma escola estadual no Parque Ouro Branco, de Londrina, a fim de atender a alunos de 5ª à 8ª séries e do ensino médio. PARECER FAVORÁVEL DA CECE. **Aprovada. (Publ. no DA nº 003/2004, de 18.02.2004).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
INDICAÇÃO Nº 001/2004

P A R E C E R :

Desde que não ocorra prejuízo ao esculpido na Lei Orgânica do Município e legislação correlata e, salvo melhor juízo dos demais pares, somos favoráveis à indicação da nobre deputada Elza Correia.

Ressalte-se que não é demais e nem difícil beneficiar a população da cidade ainda mais quando se trata de uma antiga reivindicação dos moradores do Parque Ouro Branco, cujos filhos têm que se deslocar para bairros distantes, muitos deles à pé, sem condições de pagar a tarifa de ônibus, para ter acesso à educação.

Sala das Sessões, em 15.03.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Solicito minha inscrição no Grande Expediente de amanhã, se possível.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Também é o mesmo requerimento que quero fazer à Mesa. Solicito que seja dividido o tempo do Grande Expediente, se o deputado Neivo Beraldin concordar.

O SR. NEIVO BERALDIN

Não há problema.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Só gostaria de deixar registrado que solicitamos ao professor Lemos, amanhã, conforme entendimento que houve com os deputados, e gostaria de saber da Mesa se o professor Lemos terá ou não horário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quando se requer o Grande Expediente para não parlamentar, automaticamente tem que ser aprovado pelo Plenário. E o deputado Anibelli usou o Regimento Interno pedindo a discussão do requerimento, automaticamente o requerimento não foi aprovado. Portanto, fica prejudicada a palavra do professor José Lemos amanhã.

O SR. TADEU VENERI

Agradeço. Amanhã é preciso esclarecer ao professor Lemos e aos professores, que o deputado Anibelli, de certa forma impede que o presidente da APP fale aqui em Plenário.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Faço um apelo ao líder do PMDB deputado Antônio Anibelli, que é um parlamentar experiente, que acima de tudo é um homem democrata, que gosta de ouvir não só os parlamentares e os sindicatos do nosso Estado. A APP - Sindicato sempre teve franqueada a palavra neste e nos governos passados, sempre quando houve qualquer manifestação. Agora vem o deputado Tadeu Veneri, que é presidente da Comissão de Educação, sabendo que amanhã estarão aqui os professores e o presidente da APP, o professor Lemos, nada mais justo do que ouvi-lo amanhã em relação ao projeto que foi aprovado pela Assembléia, discutido. Não poderíamos tirar-lhe esse direito.

Apelo ao líder do PMDB, ao deputado Anibelli, que libere o Grande Expediente de amanhã para que possamos ouvir o presidente da APP - Sindicato.

Então, por que vamos tirar exatamente essa liberdade de expressão do presidente da APP - Sindicato?

Faço este apelo ao deputado Anibelli para que retire exatamente essa sua discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 325 de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 326 a 328, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 330, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 331, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 351, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 332, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 334 e 335, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 336, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 338, de autoria dos deputados Renato Gaúcho, Ratinho Júnior, Francisco Bühner, e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 339 e 340, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 341, 342 e 345, de autoria do deputado Natálio Stica, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 346, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 347, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 349, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 353, de autoria dos deputados Barbosa Neto, Jocelito Canto, Reni Pereira, Doutor Luciano e demais deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 354, de autoria dos deputados Barbosa Neto, Jocelito Canto, Reni Pereira, Doutor Luciano e demais deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 355, de autoria dos deputados Barbosa Neto, Jocelito Canto, Doutor Luciano, Ratinho Júnior e demais deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 284, 405, 561, 625 e 672/2003.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 22 DE MARÇO DE 2004.

“Estimados Irmãos”

Dr. João Chede Neto

Sob o manto sagrado desta sagrada Casa de Deus, desta soberana Casa de Leis, e pela sublime presença da tantos dedicados amigos, quero agradecer em meu nome e de toda a família Chede, indistintamente a todos que aqui reverenciam, nesta significativa homenagem póstuma, a memória de meu saudoso avô João Chede.

Com ele convivi, e mais tempo tivesse para colher os seus sempre necessários e preclaros conselhos, revestidos sempre de perspicaz sabedoria.

Hoje neste sagrado templo, templo de fé cristã, em que todos por ele rezam, fico sensibilizado, emocionado e com a certeza que aqui comprova, sua indiscutível capacidade de conquistar amigos, e mantê-los perenizados, amigos que o elevaram aos mais altos cargos de sua bem sucedida vida pública.

Abraçam-se nesta cerimônia religiosa, em sua memória, a fé cristã, a criação e o respeito às leis, e o sentimento de sinceridade e lealdade cristã, em que se salienta a nossa gratidão.

Pelo quanto amou, passou a ser amado; pelo tudo que deu, continua a receber, a exemplo desta emocionante celebração.

Inspirando-me sempre no ensinamentos da oração de São Francisco de Assis e nos conselhos de meu avô.

Muito obrigado.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março de dois mil e quatro, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade e que o presidente avocou e relatou os seguintes Projetos de Lei de nºs 380/2003 e 500/2003 que foram aprovadas sem observações. Em seguida o deputado Marcos Isfer apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 048/2003 e 700/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária